



MINAS GERAIS

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
SECRETÁRIA

Renata Maria Paes de Vilhena

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
PRESIDENTE

Marilena Chaves

CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES
DIRETOR

Frederico Poley Martins Ferreira

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
ASSESSORA-CHEFE

Olivia Bittencourt

EQUIPE TÉCNICA

*Elisa Maria Pinto Rocha
Maria Aparecida Sales Souza Santos
Raimundo de Sousa Leal Filho (org.)
Reinaldo Carvalho de Morais*

ESTAGIÁRIOS

*Clara Oyamaguchi P. A. Moreira
Thiago Rafael Corrêa de Almeida*

PROJETO GRÁFICO

Kelly Gusmão

REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO

Heitor Vasconcelos

SINAIS CONVENCIONAIS

... Dado numérico não-disponível
.. Não se aplica dado numérico
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento

SUMÁRIO

CONDICIONANTES EXTERNOS DA CONJUNTURA ECONÔMICA DE MINAS GERAIS	1
NÍVEL DE ATIVIDADE	10
AGROPECUÁRIA	20
INDÚSTRIA	23
COMÉRCIO E SERVIÇOS	27
COMÉRCIO EXTERIOR	31
INFLAÇÃO	35
FINANÇAS PÚBLICAS	40
EMPREGO, DESEMPREGO, E RENDIMENTOS DO TRABALHO	44
NOTA TÉCNICA	55

LISTA DE GRÁFICOS

CONDICIONANTES EXTERNOS DA CONJUNTURA ECONÔMICA DE MINAS GERAIS

GRÁFICO 1 - TAXAS DE CRESCIMENTO REAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO (EM % a.a.) - PAÍSES E GRUPOS DE PAÍSES SELECIONADOS - 2009/2011	1
GRÁFICO 2 - TAXAS DE DESEMPREGO (EM % DA FORÇA DE TRABALHO) - PAÍSES SELECIONADOS - 1º TRIMESTRE DE 2007/1º TRIMESTRE DE 2011	4
GRÁFICO 3 - TAXAS DE CRESCIMENTO REAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO - TRIMESTRE EM RELAÇÃO AO TRIMESTRE PRECEDENTE COM AJUSTE SAZONAL (EM % a.a.) - PAÍSES E GRUPOS DE PAÍSES SELECIONADOS - 1º TRIMESTRE DE 2007/1º TRIMESTRE DE 2011	5
GRÁFICO 4 - TAXAS DE CRESCIMENTO REAL DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO - TRIMESTRE EM RELAÇÃO AO TRIMESTRE PRECEDENTE COM AJUSTE SAZONAL (EM % a.a.) - PAÍSES E GRUPOS DE PAÍSES SELECIONADOS - 1º TRIMESTRE DE 2007/1º TRIMESTRE DE 2011	7

NÍVEL DE ATIVIDADE

GRÁFICO 1 - ÍNDICE DE VOLUME DO PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS DE MERCADO (SÉRIE ENCADEADA COM E SEM AJUSTE SAZONAL) - BRASIL - 1º TRIMESTRE DE 2007/1º TRIMESTRE DE 2011	10
GRÁFICO 2 - TAXAS DE CRESCIMENTO REAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO E DO VALOR ADICIONADO NA INDÚSTRIA E NOS SERVIÇOS (EM % A.A., TRIMESTRE EM RELAÇÃO AO TRIMESTRE PRECEDENTE COM AJUSTE SAZONAL) - BRASIL - 1º TRIMESTRE DE 2007/1º TRIMESTRE DE 2011	11
GRÁFICO 3 - TAXAS DE CRESCIMENTO REAL DO CONSUMO DAS FAMÍLIAS, DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, E DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (EM % A.A., TRIMESTRE EM RELAÇÃO AO TRIMESTRE PRECEDENTE COM AJUSTE SAZONAL) - BRASIL - 1º TRIMESTRE DE 2007/1º TRIMESTRE DE 2011	13
GRÁFICO 4 - TAXAS DE CRESCIMENTO REAL DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS (EM % A.A., TRIMESTRE EM RELAÇÃO AO TRIMESTRE PRECEDENTE COM AJUSTE SAZONAL) - BRASIL - 1º TRIMESTRE DE 2007/1º TRIMESTRE DE 2011	15
GRÁFICO 5 - ÍNDICE <i>QUANTUM</i> DAS IMPORTAÇÕES DE MERCADORIAS POR CATEGORIAS DE USO FINAL - BRASIL - 1º TRIMESTRE DE 2007/1º TRIMESTRE DE 2011	16

INDÚSTRIA

GRÁFICO 1 - ÍNDICE DE VOLUME DO VALOR ADICIONADO BRUTO NO SETOR INDUSTRIAL - MINAS GERAIS - 1º TRIMESTRE DE 2008/1º TRIMESTRE DE 2011	24
---	----

COMÉRCIO E SERVIÇOS

GRÁFICO 1 - ÍNDICE DE VOLUME DO VALOR ADICIONADO BRUTO EM ATIVIDADES DO SETOR DE SERVIÇOS - MINAS GERAIS - 1º TRIMESTRE DE 2008 - 1º TRIMESTRE DE 2011	28
--	----

COMÉRCIO EXTERIOR

GRÁFICO 1 - PARTICIPAÇÃO E CRESCIMENTO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS - MINAS GERAIS - 1º TRIMESTRE DE 2011	32
--	----

INFLAÇÃO

GRÁFICO 1 - INFLAÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES (EM %) - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) E BRASIL - DEZEMBRO DE 2008/ MAIO DE 2011	35
---	----

FINANÇAS PÚBLICAS

GRÁFICO 1 - VARIAÇÃO (EM %), TRIMESTRE EM RELAÇÃO AO MESMO TRIMESTRE NO ANO ANTERIOR, DO TOTAL DE RECEITAS CORRENTES, RECEITAS TRIBUTÁRIAS, E ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (ICMS) - GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - 1º TRIMESTRE DE 2002/1º TRIMESTRE DE 2011	41
GRÁFICO 2 - RAZÃO ENTRE DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA E RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (EM %) - GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - 1º TRIMESTRE DE 2002/1º TRIMESTRE DE 2011	43

EMPREGO, DESEMPREGO, E RENDIMENTOS DO TRABALHO

GRÁFICO 1 - VARIAÇÃO NO ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS (MIL POSTOS DE TRABALHO), POR SETORES DE ATIVIDADE - MINAS GERAIS - 1º TRIMESTRE DE 2007/1º TRIMESTRE DE 2011	44
GRÁFICO 2 - VARIAÇÃO NO ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS, POR SETORES DE ATIVIDADE - BRASIL - 1º TRIMESTRE DE 2007/1º TRIMESTRE DE 2011	45
GRÁFICO 3 - VARIAÇÃO NO ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS, POR SETORES DE ATIVIDADE SELECIONADOS - MINAS GERAIS - 1º TRIMESTRE DE 2007/1º TRIMESTRE DE 2011	46
GRÁFICO 4 - VARIAÇÃO NO ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS, POR SETORES DE ATIVIDADE SELECIONADOS - BRASIL - 1º TRIMESTRE DE 2007/1º TRIMESTRE DE 2011	47

GRÁFICO 5 - (A) POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E OCUPADA - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - (B) PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA, EMPREGADA NO SETOR PRIVADO COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA - 1º TRIMESTRE DE 2008/1º TRIMESTRE DE 2011	49
GRÁFICO 6 - TAXAS DE DESEMPREGO, POR TIPO - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) E CONJUNTO DE REGIÕES METROPOLITANAS DO SISTEMA PED (BRASIL METROPOLITANO) - 1º TRIMESTRE DE 2008/1º TRIMESTRE DE 2011	51
GRÁFICO 7 - (A) ÍNDICES TRIMETRAIS DO EMPREGO, DO RENDIMENTO MÉDIO REAL E DA MASSA DE RENDIMENTOS REAIS DOS OCUPADOS (BASE: 2007 = 100) - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - (B) VARIAÇÃO PERCENTUAL DA MASSA TRIMESTRAL DE RENDIMENTOS REAIS DOS OCUPADOS (BASE: MESMO TRIMESTRE NO ANO ANTERIOR) - RMBH E CONJUNTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO SISTEMA PED - 1º TRIMESTRE DE 2008/1º TRIMESTRE DE 2011	53
 NOTA TÉCNICA	
GRÁFICO 1 - COMPOSIÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - 1995/2010	57
GRÁFICO 2 - COMPOSIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (EM %) - GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - 2002/2010	58
GRÁFICO 3 - COMPOSIÇÃO DA ARRECADAÇÃO DE ICMS NOS 3 PRINCIPAIS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA - GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - 1998/2010	59
GRÁFICO 4 - COMPOSIÇÃO DA ARRECADAÇÃO DE ICMS - SETORES SELECIONADOS - GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - 1998/2006	60
GRÁFICO 5 - COMPOSIÇÃO RECEITA ORÇAMENTÁRIA DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL - 2010	61
GRÁFICO 6 - COMPOSIÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (EM %) - GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - 1995/2010	62
GRÁFICO 7 - EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO PÚBLICO EM RELAÇÃO AO PIB - GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - 2002/2010	63
GRÁFICO 8 - EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO PÚBLICO - GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - 2002/2010	64

LISTA DE TABELAS

NÍVEL DE ATIVIDADE

TABELA 1 - TAXAS DE CRESCIMENTO REAL (%) DO PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS DE MERCADO - MINAS GERAIS E BRASIL - 2010/2011	17
TABELA 2 - TAXAS DE CRESCIMENTO REAL (%) DO VALOR ADICIONADO BRUTO, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA - MINAS GERAIS E BRASIL - 2010/2011	19

AGROPECUÁRIA

TABELA 1 - PREVISÕES DA SAFRA AGRÍCOLA - MINAS GERAIS E BRASIL - 2010/2011	21
--	----

INDÚSTRIA

TABELA 1 - TAXAS DE CRESCIMENTO REAL (%) DO VALOR ADICIONADO BRUTO NO SETOR INDUSTRIAL - MINAS GERAIS E BRASIL - 2010/2011	23
TABELA 2 - ÍNDICE DE VOLUME DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL (2007=100) - MINAS GERAIS - 1º TRIMESTRE DE 2009 - 1º TRIMESTRE DE 2011	26

COMÉRCIO E SERVIÇOS

TABELA 1 - TAXAS DE CRESCIMENTO REAL (%) DO VALOR ADICIONADO BRUTO NO SETOR DE SERVIÇOS - MINAS GERAIS E BRASIL - 2010/2011	27
TABELA 2 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS NO COMÉRCIO VAREJISTA (2007=100) - MINAS GERAIS - 1º TRIMESTRE DE 2009 - 1º TRIMESTRE DE 2011	30

INFLAÇÃO

TABELA 1: INFLAÇÃO TRIMESTRAL (EM %), POR GRUPO - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - ABRIL-JUNHO DE 2010 - JANEIRO-MARÇO DE 2011	36
TABELA 2: TAXAS DE VARIAÇÃO ACUMULADA EM DOZES MESES DO ÍNDICE DE PREÇO AO CONSUMIDOR (IPC) (EM %) - BELO HORIZONTE, LAVRAS, MONTES CLAROS, UBERLÂNDIA E VIÇOSA - JANEIRO DE 2010/MAIO DE 2011	39

FINANÇAS PÚBLICAS

TABELA 1 - RECEITA ORÇAMENTÁRIA (EM R\$ MILHÕES) - GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - 1º TRIMESTRE DE 2011/1º TRIMESTRE DE 2010 E TAXA ANUALIZADA	40
TABELA 2 - DESPESA REALIZADA (EM MILHÕES) - GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - 1º TRIMESTRE DE 2011/1º TRIMESTRE DE 2010 E TAXA ANUALIZADA	42

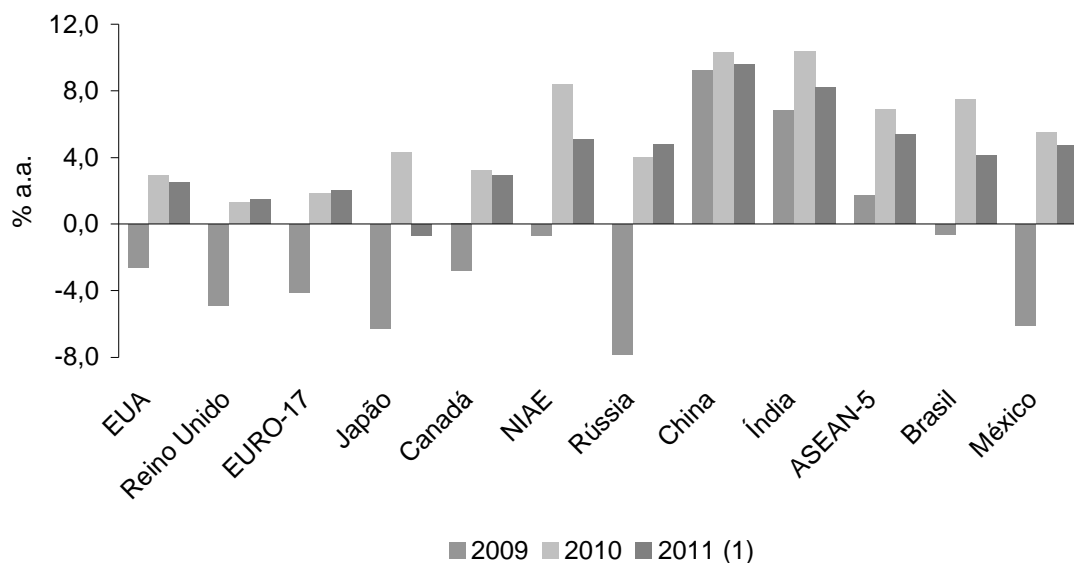
NOTA TÉCNICA

TABELA 1 - RECEITA ORÇAMENTÁRIA, DESPESA REALIZADA E RESULTADO FISCAL (EM R\$ MILHÕES) - GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - 1995/2010	56
---	----

CONDICIONANTES EXTERNOS DA CONJUNTURA ECONÔMICA DE MINAS GERAIS

As projeções para o crescimento do nível de atividade econômica em 2011, para grande parte dos países com maior participação na produção mundial, indicam moderação do ritmo de expansão observado no ano passado. Isto vale tanto para economias “emergentes” com rápido crescimento quanto para economias “avançadas” com lenta recuperação ¹ do colapso do nível da produção e do emprego, que resultou da crise financeira de 2007-2009. (Gráfico 1)

GRÁFICO 1 - TAXAS DE CRESCIMENTO REAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO (EM % a.a.) - PAÍSES E GRUPOS DE PAÍSES SELECIONADOS - 2009/2011



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Contas Nacionais (Conac) ²; Fundo Monetário Internacional, *World Economic Outlook Update* (Jun./2011) ³; U.S. Department of Commerce, Bureau of Economic Analysis, *News Release* (Jun./2011). ⁴

(1) Projeções do Fundo Monetário Internacional.

¹ Sobre a hipótese da recuperação em “duas velocidades” na economia mundial, com “troca de locomotiva” no comando da expansão da demanda agregada mundial, dos Estados Unidos, Europa e Japão para China e demais países do Leste Asiático, veja-se Canuto, Otaviano. 2010. “Recoupling or switchover? Developing countries in the global economy”. In: Canuto, Otaviano & Marcelo Giuciale (ed.). 2010. *The day after tomorrow: a handbook on the future of economic policy in the developing world*. Washington, DC: The World Bank, pp. 31-49.

² Conforme divulgado em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>. Acesso em junho de 2011.

³ Disponível no sítio: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/update/02/index.htm>. Acesso em junho de 2011.

⁴ Disponível no sítio: http://www.bea.gov/newsreleases/national/gdp/2011/pdf/gdp1q11_3rd.pdf. Acesso em junho de 2011.

Mesmo estas projeções de menor crescimento, nos dois grupos de países, estão agora sujeitas a redobrada incerteza (em comparação ao estado de confiança prevalecente ao final do ano passado). Não apenas as taxas de crescimento do PIB de economias com grande peso na produção e no comércio mundiais, previstas para 2011, foram revistas para baixo,⁵ como também são cada vez mais frequentes as referências a um provável “segundo mergulho” (*double dip*) da atividade econômica nos países avançados.⁶

Tais referências à possibilidade de se “repetir o erro de 1937” derivam da leitura de que o término do pacote de estímulos fiscais⁷ de 2009/2010 nos EUA, num ambiente político refratário à discussão da sua renovação e num ambiente macroeconômico no qual empresas relutam em retomar a construção de nova capacidade produtiva, pode abortar a frágil recuperação em curso e gerar um segundo período recessivo para a economia norte-americana.

Na Europa, onde o crescimento do PIB alemão e francês neste primeiro trimestre de 2011 foi surpreendentemente robusto,⁸ persistem e se agravam as incertezas relacionadas à forma como o sistema bancário destes países será afetado pela evolução da crise das dívidas soberanas da Grécia, Irlanda e Portugal.

Parece não haver dúvidas entre os observadores de que uma “re-estruturação” de dívidas deve ser necessária,⁹ com impactos negativos nos balanços de importantes bancos na Alemanha e na França. Também parece não haver muitas dúvidas de que os governos destes países os consideram instituições “grandes demais para falir”, e deverão intervir - quando necessário - para socorrê-los, mesmo ao custo de grande impacto fiscal¹⁰ e incremento considerável de seu já elevado endividamento público.

⁵ São destacadas no *Panorama Econômico Mundial* do FMI as revisões de previsões nos EUA (de 2,8% em abril para 2,5% em junho), no Japão (de 1,4% para - 0,7%), no Reino Unido (de 1,7% para 1,5%), e no Brasil (de 4,5% para 4,1%). Foram exceções importantes as revisões, para cima, da previsão de crescimento econômico na Alemanha e na França.

⁶ Veja-se, por exemplo, Krugman, Paul. “The mistake of 2010”, *The New York Times*, edição de 02/06/2011. Feurer, James & Bruno Sacerdote realizaram uma avaliação de impacto do *American Recovery and Reinvestment Act* (ARRA), aprovado pelo Congresso dos Estados Unidos em 17 de fevereiro de 2009, sobre o nível de atividade e a geração de empregos no país. Concluíram que, excluídos os gastos alocados às agências de educação, cada dólar despendido no programa gerou dois dólares adicionais no PIB (multiplicador fiscal estimado em 2) e que cada emprego gerado em função do programa teve um custo inferior a US\$ 100 mil. Veja-se, dos autores, Did the Stimulus Stimulate? Real Time Estimates of the Effects of the American Recovery and Reinvestment Act, *NBER Working Paper N° 16759* (February 2011).

⁷ Estima-se que 90% dos US\$ 288 bilhões alocados para deduções de impostos, 77% dos US\$ 275 bilhões alocados para contratos, subvenções e empréstimos, e 82% dos US\$ 224 bilhões alocados para benefícios já tenham sido pagos. Dados disponíveis no sítio: <http://www.recovery.gov/Transparency/fundingoverview/Pages/fundingbreakdown.aspx>. Acesso em junho de 2011.

⁸ Avanço de uma taxa trimestral de crescimento dessazonalizada de 1,5% a.a. no quarto trimestre de 2010 para 6,1% a.a. no primeiro trimestre de 2011, na Alemanha, e de 1,4% a.a. para 3,9% a.a. na França, conforme dados disponíveis no sítio: http://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=EO89_INTERNET. Acesso em junho de 2011

⁹ Veja-se, por exemplo, The Economist, *Europe's debt crisis: the world's worst menu*, edição de 26/05/2011. Disponível no sítio: <http://www.economist.com/node/18744305>. Acesso em junho de 2011.

¹⁰ Cf. Johnson: “Os grandes bancos europeus não deixarão de honrar seus compromissos - os governos da Alemanha, França e Itália já deixaram bem claro que seus bancos são grandes demais para falir. E a Alemanha e França - embora, talvez não a

Se a dívida pública da Alemanha e da França, além da japonesa, da inglesa e da norte-americana, atingir uma dimensão que torne problemática sua gestão, é possível que uma nova era de “repressão financeira” (como no período que precedente, de desregulamentação e afrouxamento dos controles dos governos sobre seus sistemas financeiros) venha a ser adotada de forma generalizada num futuro não muito distante.

A gestão extremamente conservadora ¹¹ do Banco Central Europeu (BCE), no entanto, pode se constituir num formidável obstáculo para a resolução dos desequilíbrios patrimoniais implícitos na atual situação de bancos e governos europeus, sem que se agrave o quadro prevalecente na maioria dos países da União Européia, que combina estagnação econômica e desemprego elevado.

Nos grandes países asiáticos em desenvolvimento, se prevê moderação do ritmo de crescimento econômico em 2011, embora ainda em níveis bastante elevados. Na China, se projeta para 2011 uma taxa de crescimento do PIB de 9,6% (10,3% em 2010); na Índia, 8,2% (contra 10,4% em 2010), e no grupo formado por Indonésia, Malásia, Filipinas, Tailândia e Vietnã - ASEAN-5 ¹² -, 5,4% (6,9% em 2010).

A economia da Rússia é uma das exceções, nos termos das previsões realizadas pelo FMI, no sentido em que se projeta aumento da taxa de crescimento econômico, de 4,0% em 2010 para 4,8% em 2011.

Na América Latina, as duas maiores economias devem diminuir significativamente o ritmo de expansão real do PIB: no Brasil, de 7,5% em 2010 para 4,1% em 2011; no México, de 5,5% para 4,7%.

Para o grupo de países formado pela Coreia do Sul, Taiwan, Singapura e Hong Kong (NIAE ¹³), também se projeta diminuição da taxa de crescimento real do PIB, de 8,4% em 2010 para 5,1% em 2011.

No núcleo da economia mundial, as mais recentes projeções para o crescimento do PIB em 2011 indicam redução do ritmo de expansão: de 2,9% em 2010 para 2,5% em 2011 nos EUA, de 3,2% para 2,9% no Canadá, e de 4,0% para - 0,7% no Japão; no grupo de países da Zona do Euro ¹⁴ e no

Itália - têm poder de fogo fiscal suficiente para sustentar seus bancos no que for necessário.” (Johnson, Simon. “Bancos europeus desnudados”, *Valor Econômico*, edição de 27/06/2011).

¹¹ Exceto no que diz respeito à absorção de parte do passivo mais problemático do sistema bancário alemão, francês, italiano e espanhol, o que diminui - indiretamente - potenciais custos fiscais de intervenções diretas dos tesouros nacionais destes países.

¹² The *Association of Southeast Asian Nations* (Associação das Nações do Sudeste Asiático). Dados da revisão de junho do *Panorama Econômico Mundial* do FMI.

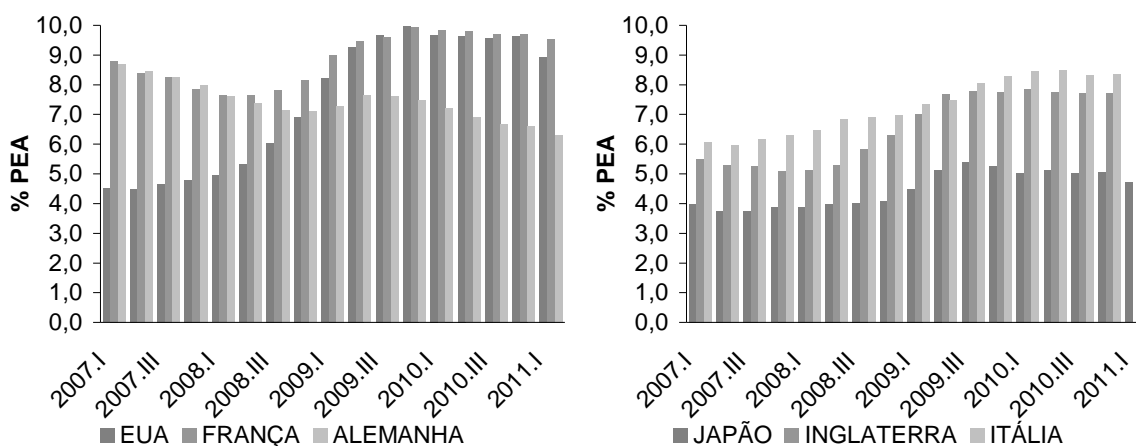
¹³ *Newly Industrialized Asian Economies* (Economias Asiáticas de Industrialização Recente).

¹⁴ A Zona do Euro foi criada em 01/01/1999, reunindo inicialmente Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo e Portugal. Posteriormente, ingressaram no grupo Grécia (2001), Eslovênia (2007), Chipre (2008), Malta (2008), Eslováquia (2009) e Estônia (2011), sempre no primeiro dia de cada ano. Bulgária, Dinamarca, Letônia, Lituânia, Hungria, Polônia, Reino Unido, República Checa, Romênia e Suécia são Estados membros da União Européia, mas não utilizam a moeda comum.

Reino Unido, se projeta um pequeno aumento em taxas de crescimento que permanecem muito reduzidas, de respectivamente 1,8% para 2,0% e 1,3% para 1,5%.

O ritmo muito lento de crescimento e as ameaças de novas disrupções nos mercados financeiros e/ou de uma “segunda recessão” nos EUA e na Europa têm se traduzido em taxas de desemprego permanentemente elevadas¹⁵ - com exceção da Alemanha, como indicado em edições anteriores deste Boletim -, apesar de pequenas reduções observadas em alguns países populosos de economia avançada neste primeiro trimestre de 2011. (Gráfico 2)

GRÁFICO 2 - TAXAS DE DESEMPREGO (EM % DA FORÇA DE TRABALHO) - PAÍSES SELECIONADOS - 1º TRIMESTRE DE 2007/1º TRIMESTRE DE 2011



Fonte: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), *OECD Economic Outlook* nº. 89.¹⁶

Com o filtro do ajuste sazonal, no primeiro trimestre de 2011 teve continuidade a redução da taxa de desemprego na Alemanha, de 6,7% no trimestre anterior para 6,3% da força de trabalho do país; também se verificou, pela primeira vez no período recente, diminuição da taxa de

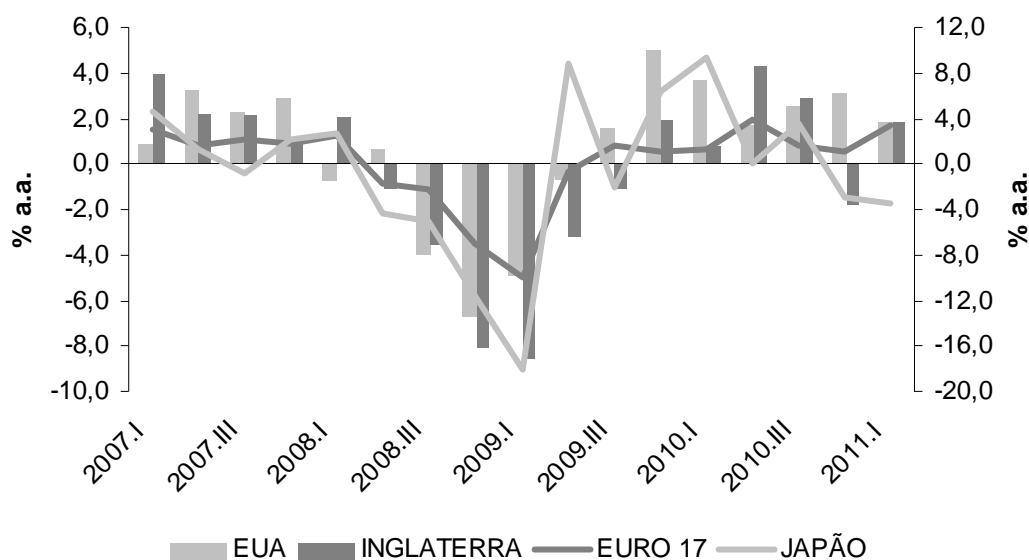
¹⁵ Cf. Organization for Economic Cooperation and Development (OECD). “Persistence of high unemployment: What risks? What policies?”, *OECD Economic Outlook*, volume 2011/1 (preliminary version), chapter 5, pp. 253-285. Neste documento, se chama atenção ao fato de que somente dois países (Alemanha e Áustria) apresentam atualmente taxas de desemprego em patamar inferior ao pré-crise.

¹⁶ Disponível no site: <http://stats.oecd.org/index.aspx?queryid=21760>. Acesso em junho de 2011. As taxas de desemprego selecionadas para comparações internacionais foram ajustadas sazonalmente e harmonizadas pelo Escritório de Estatísticas da OCDE ao conceito de desemprego adotado pelo Escritório de Estatísticas da Comunidade Européia (EUROSTAT). Além do EUROSTAT, os *surveys* domiciliares sobre a força de trabalho, dos Escritórios de Estatísticas dos governos nacionais do Canadá, dos Estados Unidos, da Austrália, do Japão, da Coreia do Sul, da Nova Zelândia e da Suíça foram desenhados de modo a permitir a produção destas estatísticas segundo as recomendações da 13ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Detalhes sobre esta definição e sua operacionalização estão disponíveis no site: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home>.

desemprego nos EUA e no Japão, de respectivamente 9,6% para 8,9% e 5,0% para 4,7%. Na França, Inglaterra ¹⁷ e Itália, o nível da taxa de desemprego praticamente não se alterou.

Em parte, estes resultados no mercado de trabalho refletem com alguma defasagem a evolução da conjuntura econômica nos países avançados: nos EUA, o crescimento real do produto agregado em relação ao trimestre anterior, após dois trimestres consecutivos em recuperação, foi reduzido de 3,1% no quarto trimestre do ano passado para 1,9% neste primeiro trimestre de 2011. (Gráfico 3)

GRÁFICO 3 - TAXAS DE CRESCIMENTO REAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO - TRIMESTRE EM RELAÇÃO AO TRIMESTRE PRECEDENTE COM AJUSTE SAZONAL (EM % a.a.) - PAÍSES E GRUPOS DE PAÍSES SELECIONADOS - 1º TRIMESTRE DE 2007/1º TRIMESTRE DE 2011



Fonte: Elaboração própria a partir de dados originais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), *OECD Economic Outlook n.º 89*. ¹⁸

Em parte, os resultados do mercado de trabalho refletem também a ação de fatores de caráter mais estrutural. Neste último sentido, merece destaque, como apontado na edição anterior deste Boletim de Conjuntura, o papel desempenhado pela competitividade da indústria de alta tecnologia, produtora de máquinas, equipamentos e instrumentos de precisão no *Mittelstand* alemão na recuperação do nível de atividade e do emprego na Alemanha. Este parece ser um dos

¹⁷ No caso da Inglaterra (Reino Unido), a taxa de desemprego do mês de março não havia sido divulgada até o fechamento desta edição. Os dados relativos a janeiro e a fevereiro, no entanto, permitem sustentar a afirmação acima.

¹⁸ Disponível no site: <http://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=EO89> INTERNET. Acesso em junho de 2011.

principais canais através dos quais se recriam os vínculos produtivos entre a “Velha Europa” e os mercados em expansão nas chamadas economias “emergentes”, particularmente na China ¹⁹ e demais países do Sudeste e do Leste Asiático.

Retornando à discussão de fatores relacionados à evolução da conjuntura econômica, vale notar que, de acordo com os dados divulgados pelo Bureau of Economic Analysis (BEA) do U.S. Department of Commerce, ²⁰ contribuíram para a redução do crescimento do PIB norte-americano o decréscimo do volume de gastos do governo e a desaceleração da expansão dos gastos pessoais com consumo e do investimento fixo não-residencial do setor privado.

Na Inglaterra e na Zona do Euro, no primeiro trimestre de 2011 foram observados sinais de reversão do quadro de deterioração da recuperação econômica identificado no último trimestre do ano passado. (Gráfico 3)

No Reino Unido, a taxa de variação real do PIB, que havia sido negativa em 1,9%, foi positiva em 1,9% neste primeiro trimestre; na Zona do Euro, após dois trimestres consecutivos de redução da taxa de crescimento, houve restauração de um ritmo superior - para a qual contribuíram decisivamente o relativamente bom desempenho das economias francesa e alemã -, de 1,0% no quarto trimestre do ano passado para 3,4% neste primeiro trimestre de 2011.

No Japão, a terrível combinação de terremoto, tsunami e desastre nuclear explica grande parte do segundo trimestre consecutivo com variação negativa do PIB. (Gráfico 3)

Mesmo com sinais divergentes em alguns casos particulares, acerta da robustez do momento atual de recuperação da economia mundial, o caráter de vulnerabilidade e incerteza que permeia a frágil recuperação econômica nos países avançados fica explicitado nos dados que revelam a evolução recente da sua formação de capital (Gráfico 4).

Nos EUA, somente no segundo trimestre de 2010 houve expressiva recuperação da formação de capital após a eclosão da crise financeira.

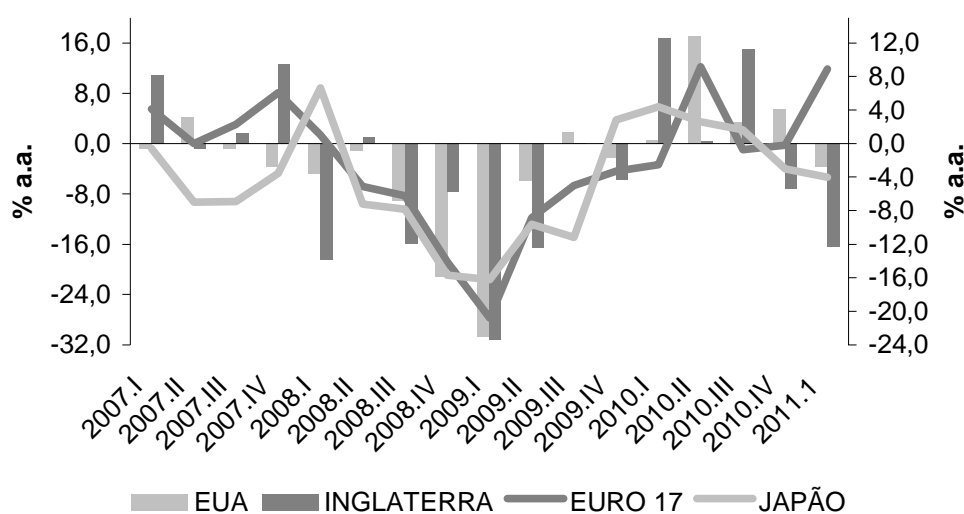
Os resultados positivos nos dois trimestres seguintes criaram a expectativa de que haveria uma consistente, embora moderada, retomada da expansão dos gastos com investimento fixo do país. Os dados do primeiro trimestre de 2011, no entanto, revelam que isto não aconteceu: houve uma variação negativa de 3,7% no volume agregado (setor privado e público) da formação bruta de capital fixo na economia norte-americana.

¹⁹ O Fundo Monetário Internacional estima que as exportações alemãs para a China tenham se multiplicado por mais de seis vezes durante os últimos dez anos, e que atualmente superem a cifra de US\$ 50 bilhões por ano. Sobre a filosofia de produção flexível do *Mittelstand*, cf. PIORE, Michael J. & Charles F. SABEL. 1984. *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic Books, 354p. (uma referência sempre atual)

²⁰ *News Release* 11-32.

Na Inglaterra e no Japão, a taxa de variação da formação bruta de capital fixo foi negativa pelo segundo trimestre consecutivo, sendo que, no caso do Reino Unido, a magnitude do decréscimo foi semelhante à dos piores resultados registrados no auge da crise de 2007-2009. (Gráfico 4)

GRÁFICO 4 - TAXAS DE CRESCIMENTO REAL DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO - TRIMESTRE EM RELAÇÃO AO TRIMESTRE PRECEDENTE COM AJUSTE SAZONAL (EM % a.a.) - PAÍSES E GRUPOS DE PAÍSES SELECIONADOS - 1º TRIMESTRE DE 2007/1º TRIMESTRE DE 2011



Fonte: Elaboração própria a partir de dados originais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), *OECD Economic Outlook n.º 89*.²¹

Na Zona do Euro, o ânimo do setor corporativo não-financeiro alemão - e, em menor peso ou medida, também o holandês e o francês - parece estar induzindo a reconstrução do capital²² destruído na crise, compensando no resultado agregado dos 17 países o clima de depressão no estado dos negócios que persevera na Itália, Espanha, Dinamarca, Grécia, Portugal, etc.

A despeito da fragilidade da recuperação econômica global, suas repercussões para as economias dos países em desenvolvimento têm sido até agora - em geral - positivas.

²¹ Disponível no site: http://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=EO89_INTERNET. Acesso em junho de 2011.

²² É preciso esperar para confirmar a robustez desse ânimo: no segundo trimestre do ano passado, também houve indícios fortes de que o investimento agregado iria se recuperar - pelo menos na Alemanha -, seguidos de frustração destas expectativas nos dois trimestres seguintes.

Porém, notadamente no que diz respeito aos efeitos da liquidez internacional abundante produzida pelo QE1 e QE2 nos EUA, ²³ potenciais riscos para a gestão macroeconômica e para a preservação de vantagens comparativas dinâmicas de alguns destes países precisam ser lembrados:

“[...] os limites das reservas internacionais na contenção dos efeitos-contágios das crises sistêmicas e os efeitos potencialmente deletérios das trajetórias de apreciação das moedas emergentes, evidenciado pelo caso brasileiro e sul-coreano - não somente na dimensão macroeconômica (manutenção do superávit em transações correntes), mas também microeconômica (montagem de estratégias de proteção e de atenuação das perdas pelas empresas exportadoras, [...]) -, tornam premente a retomada da discussão sobre a importância da manutenção de uma taxa de câmbio competitiva e sobre o papel dos controles de capitais”. (CINTRA, Marco Antonio Macedo & Daniela Magalhães PRATES; *Os países em desenvolvimento diante da crise financeira global*, p. 35) ²⁴

O crescimento do comércio mundial projetado pelo FMI ²⁵ para 2011, de 8,2% em volume, embora inferior ao registrado em 2010 (12,4%), deve ser suficiente para preservar um ritmo forte de expansão das exportações das economias emergentes e em desenvolvimento: de 12,8% em 2010 e 11,2% em 2011.

Os preços de *commodities*, que haviam recuperado as perdas com a deflação de 2009, devem continuar crescendo a taxas muito elevadas, de acordo com as projeções do FMI: 27,9% e 34,5% nos preços do petróleo (em 2010 e projeção para 2011, respectivamente); 23,6% e 21,6% nos preços das demais mercadorias, ponderados pela participação de cada produto no total das exportações mundiais de *commodities*.

É preciso lembrar que, embora o aquecimento da demanda agregada global provocado pelo crescimento econômico das “economias emergentes” seja, em parte, responsável pela dinâmica destes preços, é inegável que grande parte da “inflação de custos” ²⁶ que isto implica para a economia mundial - especialmente para os países em desenvolvimento - se deve à especulação financeira irrefreada, nestes mercados e nos derivativos de futuros a eles relacionados, viabilizada pela abundância de dólares. ²⁷

²³ Quantitative Easing, política de expansão da base monetária (dólares norte-americanos) levada à cabo pelo Fed (Federal Reserve) em 2009 e 2010, através da compra de títulos securitizados do passivo bancário herdado dos excessos financeiros pré-crise.

²⁴ In: ACIOLY, Luciana & Rodrigo Pimentel Ferreira LEÃO (organizadores). 2011. *Crise financeira global: mudanças estruturais e impactos sobre os emergentes e o Brasil*. Brasília: IPEA, pp. 11-46.

²⁵ Projeções do *World Economic Outlook Update* de janeiro de 2011. Disponível para consulta no sítio: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/update/02/index.htm>. Acesso em junho de 2011.

²⁶ Veja-se, por exemplo, *Valor Econômico*. “Alta de preços reforça nos EUA temor de estagflação”, edição de 16/06/2011.

²⁷ Veja-se, por exemplo, BELLUZZO, Luis Gonzaga. “Finança global e a miséria da macroeconomia”, *Valor Econômico*, edição de 22/06/2011.

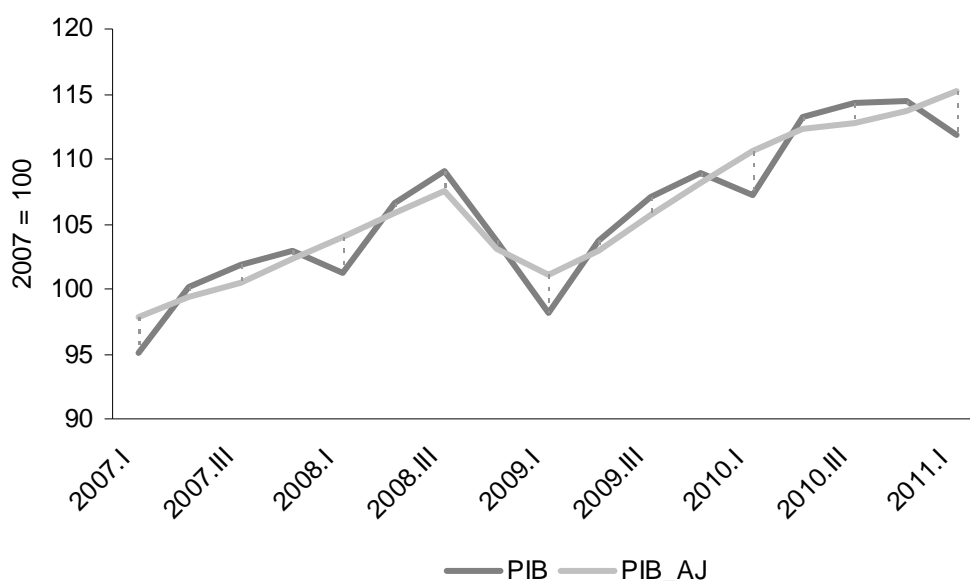
Já se projetava maior expansão (embora ainda muito reduzida) dos índices de preços aos consumidores nos países avançados, de 1,6% em 2010 para 2,0% em 2011. Diante da evolução já observada da inflação, especialmente em função dos aumentos já repassados aos consumidores nos preços de combustíveis e de alimentos, o FMI reviu sua projeção de inflação em 2011 para 2,4% nos países avançados.

Nas economias emergentes e em desenvolvimento, está mantida a projeção anterior, segundo a qual a média da taxa de inflação nestes países deverá aumentar de 6,3% em 2010 para 6,9% em 2011.

NÍVEL DE ATIVIDADE

O nível de atividade econômica no Brasil, no primeiro trimestre deste ano, teve sua evolução fortemente determinada por efeitos sazonais. (Gráfico 1) Na média das viradas de ano - do último trimestre de um ano para o primeiro trimestre do ano seguinte - de 2006/2007, 2007/2008, e 2009/2010,²⁸ houve retração de 2,5% no índice de volume do PIB brasileiro; do quarto trimestre de 2010 para este primeiro trimestre de 2011, a retração observada, de 3,3% foi mais acentuada.

GRÁFICO 1 - ÍNDICE DE VOLUME DO PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS DE MERCADO (SÉRIE ENCADEADA COM E SEM AJUSTE SAZONAL) - BRASIL - 1º TRIMESTRE DE 2007/1º TRIMESTRE DE 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Contas Nacionais (Conac)

Apesar disso, na série com ajuste sazonal²⁹ se estimou aceleração do crescimento econômico no período, visto que a taxa de variação do PIB trimestral ajustado (em relação ao trimestre imediatamente anterior) foi estimada em 0,8% do terceiro para o quarto trimestre do ano passado, e em 1,3% do quarto trimestre do ano passado para o primeiro trimestre deste ano.

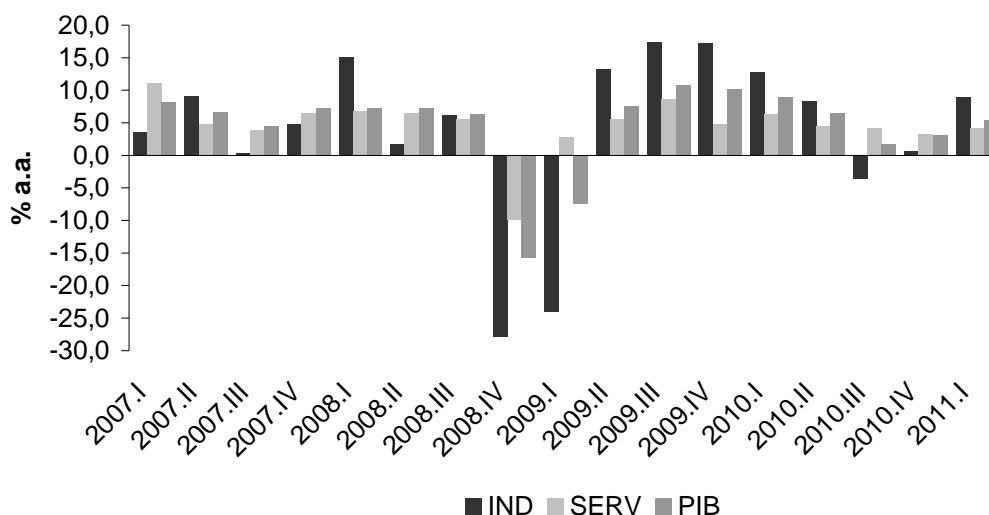
²⁸ Excluído 2008/2009 como uma realização *outlier*, em função dos impactos extraordinários da crise econômica mundial.

²⁹ A Conac/IBGE utiliza a rotina X-12 ARIMA para escolha automática do modelo subjacente ao processo estudado, a qual produz também ajustes para efeitos de calendário, como dias trabalhados, anos bissextos e feriados móveis (como carnaval e páscoa). Cf. seção sobre ajustamento sazonal, no capítulo sobre as características das séries trimestrais do relatório metodológico *Contas Nacionais Trimestrais*, publicação do IBGE identificada como Série Relatórios Metodológicos, Volume 28 (2ª edição), 2008.

Uma taxa de crescimento de 1,3% no trimestre corresponde a uma expansão de 5,4% em termos anualizados, portanto, próxima ou acima das estimativas mais conservadoras da taxa de crescimento do produto potencial,³⁰ com a implicação de que a manutenção tal ritmo geraria um desequilíbrio macroeconômico cujos sintomas aparentes seriam o recrudescimento inflacionário e/ou a ampliação do déficit em conta corrente do país. É necessário, entretanto, considerar que a estimativa da variação trimestral na série do PIB com ajuste sazonal pode estar incorporando um viés sistemático, positivo, para o fator de correção atribuído ao primeiro trimestre de cada ano.

No mínimo, seria recomendável uma atitude de cautela, à espera dos próximos resultados para confirmar - ou não - estas especulações, especialmente diante do fato de que as taxas anualizadas de crescimento econômico nos dois trimestres anteriores apontavam expansão do PIB inferior a 3,5% a.a.

GRÁFICO 2 - TAXAS DE CRESCIMENTO REAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO E DO VALOR ADICIONADO NA INDÚSTRIA E NOS SERVIÇOS (EM % A.A., TRIMESTRE EM RELAÇÃO AO TRIMESTRE PRECEDENTE COM AJUSTE SAZONAL) - BRASIL - 1º TRIMESTRE DE 2007/1º TRIMESTRE DE 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Contas Nacionais (Conac)

³⁰ Sobre o viés conservador resultante da adoção de filtros estatísticos baseados em médias móveis para gerar estimativas do produto potencial, veja-se, por exemplo: BARBOSA JR., Nelson H. 2009. *Estimando e revisando o produto potencial do Brasil: uma análise do filtro Hodrick-Prescott com função de produção*. In: GENTIL, Denise Lobato & Roberto Pires MESSEMBERG (org.). 2009. *Crescimento econômico: produto potencial e investimento*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pp. 33-58.

Na decomposição setorial do produto agregado pelo lado da oferta ³¹ (Gráfico 2), a principal inovação na série de dados com ajuste sazonal é a indicação de retomada do crescimento industrial: após o decréscimo de 3,7% (taxas anualizadas) no terceiro trimestre e a pequena oscilação positiva de 0,8% no quarto trimestre do ano passado, surpreendeu a estimativa de expansão em 8,9% no índice de volume do valor adicionado no conjunto das atividades do setor no primeiro trimestre do ano.

Mais surpreendente ainda foi o resultado específico da indústria de transformação, que indicam crescimento de 11,6% no primeiro trimestre de 2011 comparado ao volume produzido no trimestre anterior, na série com ajuste sazonal e com variações expressas em termos anualizados. (após dois trimestres consecutivos com variação negativa)

A série com ajuste sazonal para os resultados agregados das atividades de serviços, por sua vez, não trouxe resultado inesperado. O índice de volume do valor adicionado no setor apresentou crescimento de 4,3% no primeiro trimestre de 2011 (em termos anualizados) na comparação com o trimestre anterior, ligeiramente acima do estimado para o quarto trimestre de 2010 e próximo à média das variações registradas desde o quarto trimestre de 2009, as quais se mantiveram na vizinhança de 4,5%. (Gráfico 2)

Outra inovação da série com ajuste sazonal para a evolução do nível de atividade no Brasil veio com a decomposição por categoria de uso final da demanda agregada. Finalmente, após dois trimestres consecutivos crescendo a uma taxa de expansão muito superior à do PIB, o consumo das famílias arrefeceu: de 7,1% no terceiro trimestre e 9,7% no quarto trimestre do ano passado, para 2,6% neste primeiro trimestre de 2011. (Gráfico 3)

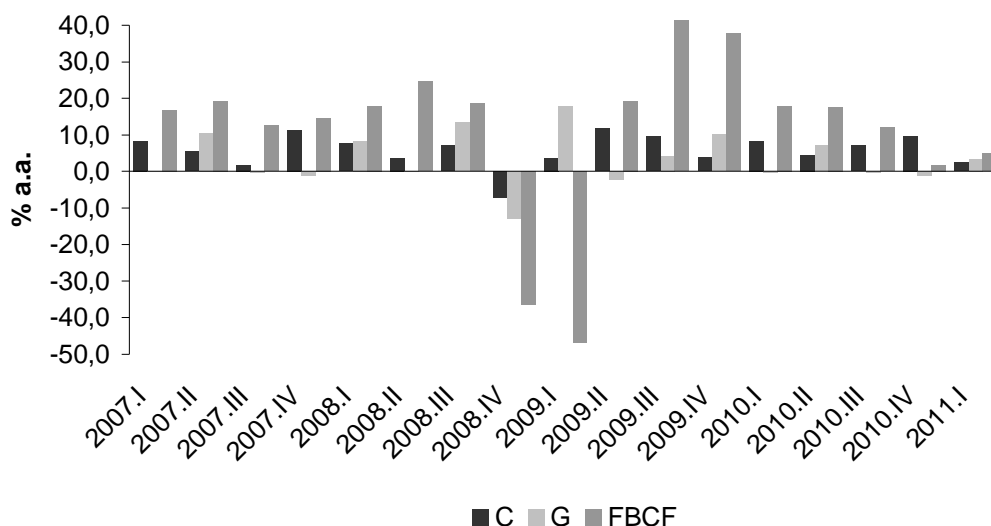
A taxa de expansão do investimento em capital fixo na economia brasileira recuperou-se ligeiramente do péssimo resultado registrado no quarto trimestre do ano passado, que sinalizou uma variação positiva de apenas 1,7% (em termos anualizados) em relação ao trimestre anterior - um ritmo claramente insuficiente para sustentar uma perspectiva de crescimento próxima ou acima de 5% a.a. para a economia brasileira. A expansão de 4,9% no primeiro trimestre de 2011, entretanto, ainda foi inferior à do PIB, e precisa ser ampliada.

Além da redução do ritmo de expansão do consumo das famílias, a série com ajuste sazonal dos índices de volume de componentes da demanda agregada revela que o consumo da administração pública - nas três esferas de governo - não tem criado tensões sobre os usos do produto nacional no período mais recente: ao longo do ano passado, somente no segundo trimestre os gastos do governo com a produção dos bens e serviços públicos cresceram a uma taxa superior à

³¹ Excluído o conjunto das atividades na agropecuária, em função da elevada volatilidade que lhe é característica de forma independente das variações no ciclo econômico, que se procura enfatizar aqui.

da oferta agregada (7,1% contra 6,4% do PIB); mais, no primeiro, no terceiro, e no quarto trimestres, a variação do consumo governamental - com ajuste sazonal - foi negativa, em 0,3%, 0,4%, e 1,1%, respectivamente. Neste primeiro trimestre de 2011, cresceram 3,4% (em termos anualizados, bem abaixo do crescimento de 5,4% projetado para o PIB). (Gráfico 3)

GRÁFICO 3 - TAXAS DE CRESCIMENTO REAL DO CONSUMO DAS FAMÍLIAS, DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, E DA FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (EM % A.A., TRIMESTRE EM RELAÇÃO AO TRIMESTRE PRECEDENTE COM AJUSTE SAZONAL) - BRASIL - 1º TRIMESTRE DE 2007/1º TRIMESTRE DE 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Contas Nacionais (Conac)

No *front* da política fiscal, portanto, a gestão dos gastos governamentais com as remunerações dos servidores ativos, com o consumo corrente de bens e serviços, com o consumo de capital fixo e com o pagamento de impostos sobre a produção não-mercantil da administração pública não tem, portanto, gerado pressão adicional sobre a demanda agregada.

Aliás, boa parte da política anti-cíclica do Ministério da Fazenda foi implementada através de seus efeitos indiretos sobre a demanda por bens e serviços, os quais atuam pela via do estímulo à renda disponível das famílias e pela alteração dos preços relativos pós-impostos.

Despesas com transferências (excetuados os juros da dívida pública e as aposentadorias, pensões e demais benefícios da previdência capturados por grupos de alta renda) tiveram impactos muito positivos para a renda disponível das famílias de baixa renda devido ao efeito do aumento

nominal no salário mínimo sobre aposentadorias, pensões, e benefícios de programas sociais como bolsa-família e seguro-desemprego; subsídios e desonerações tributárias³² favoreceram a demanda por material de construção, máquinas e equipamentos, e bens de consumo duráveis; estes foram, na prática, os principais instrumentos de política fiscal mobilizados pelo Ministério da Fazenda para fazer frente aos impactos negativos da crise econômica internacional sobre a economia brasileira.

Como grande parte das desonerações de tributos já foi extinta, o aumento nominal do salário mínimo em 2011 foi muito reduzido, e o governo federal aprovou o corte de R\$ 50 bilhões nos gastos previstos para este exercício orçamentário, não há razão para esperar - pelo lado da política fiscal - pressões de demanda que chancelem aumento na taxa de inflação.

Além de liberar recursos para a formação de capital - que, entretanto, precisam ser requeridos por decisões privadas de realização dos investimentos em capital fixo, para se materializarem na desejada ampliação da taxa de formação bruta de capital fixo em relação ao PIB -, a contenção do ritmo de crescimento dos gastos de consumo corrente das famílias e do governo traz um benefício adicional na atual conjuntura: reduz a demanda relativa por serviços não-comercializáveis, os quais, comumente, estão sujeitos a maiores restrições de oferta que os bens e serviços comercializáveis, que podem ser importados.

Numa situação em que preocupa a resiliência de altas nos preços de serviços para a convergência da taxa de inflação em direção à meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional, é desejável que os componentes de gasto em consumo corrente da demanda doméstica prossigam na trajetória definida neste primeiro trimestre de 2011. À acomodação das decisões de produção, que antecedeu a retirada dos estímulos fiscais e respondeu prontamente ao ciclo recente de elevação das taxas de juros e às medidas de contenção do ritmo de crescimento do crédito doméstico,³³ segue agora, com alguma defasagem, a acomodação das decisões de gasto.

A demanda externa pelo produto nacional se retraiu com uma intensidade inesperada no primeiro trimestre deste ano. Na série com ajuste sazonal, a taxa de variação do volume exportado em relação ao trimestre anterior foi negativa em 12,2% (em termos anualizados).

³² Vale notar que, no processo de extinção das desonerações temporárias, as isenções do Imposto sobre Produção Industrial (IPI) sobre veículos de transporte pesado, bens de capital e material de construção foram as únicas renovadas ao final do ano passado. Cf. DECRETO Nº. 7.394, de 15 de dezembro de 2010, da Presidência da República. (Publicado no Diário Oficial da União de 16/12/2010)

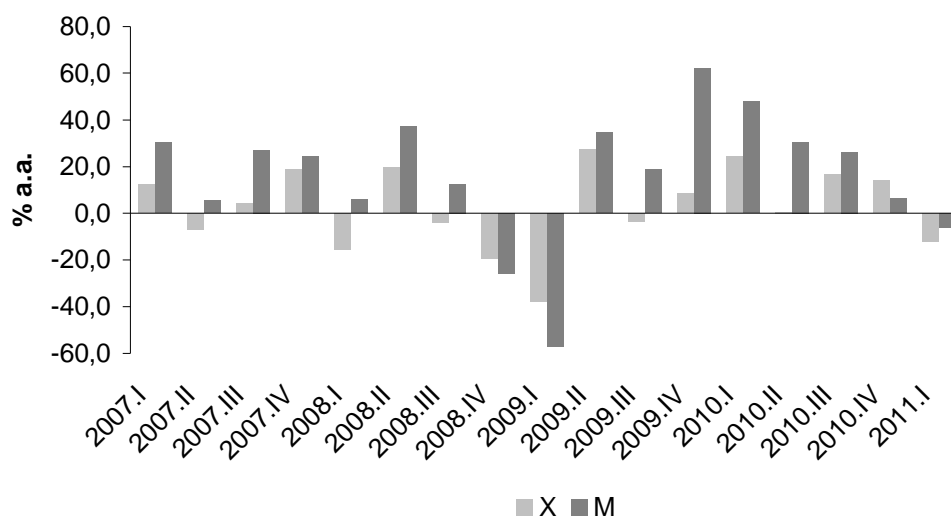
³³ Medidas de contenção à expansão do crédito doméstico (chamadas "macroprudenciais") em novembro e dezembro do ano passado. Aumentos da meta fixada pelo Conselho de Política Monetária (COPOM) para a taxa de juros SELIC, de 8,75% a.a. para 9,5% a.a. em 29/04/2010 e, posteriormente, para 10,25% em 10/06/2010 e 10,75% em 22/07/2010. Após o período considerado, já foram efetivadas duas novas rodadas de elevação da meta para a taxa de juros SELIC, para 11,25% a.a. em 20/01/2011, 11,75% em 03/03/2011, 12,0% em 21/04/2011, e 12,25% em 09/06/2011.

Esta foi a maior diminuição trimestral desde o primeiro trimestre de 2009, no auge do congelamento do crédito e do comércio internacional nas economias avançadas devido à crise financeira nos EUA e na Europa. (Gráfico 4)

Enquanto a contração do volume exportado na série com ajuste sazonal neste primeiro trimestre de 2011 foi, de certa forma, inesperado - dados os resultados observados no passado mais recente -, a redução do volume importado seguiu a tendência definida nos últimos trimestres. Embora esta tenha sido a primeira variação negativa na série desde o primeiro trimestre de 2009, os dados divulgados pelo IBGE no Sistema de Contas Trimestrais mostram que o ritmo de expansão do volume importado vinha diminuindo desde o início do ano passado. (Gráfico 4)

Não se espera, entretanto, que a retração do volume de comércio internacional deste primeiro trimestre se repita, consistentemente, nos próximos meses.

GRÁFICO 4 - TAXAS DE CRESCIMENTO REAL DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS (EM % A.A., TRIMESTRE EM RELAÇÃO AO TRIMESTRE PRECEDENTE COM AJUSTE SAZONAL) - BRASIL - 1º TRIMESTRE DE 2007/1º TRIMESTRE DE 2011



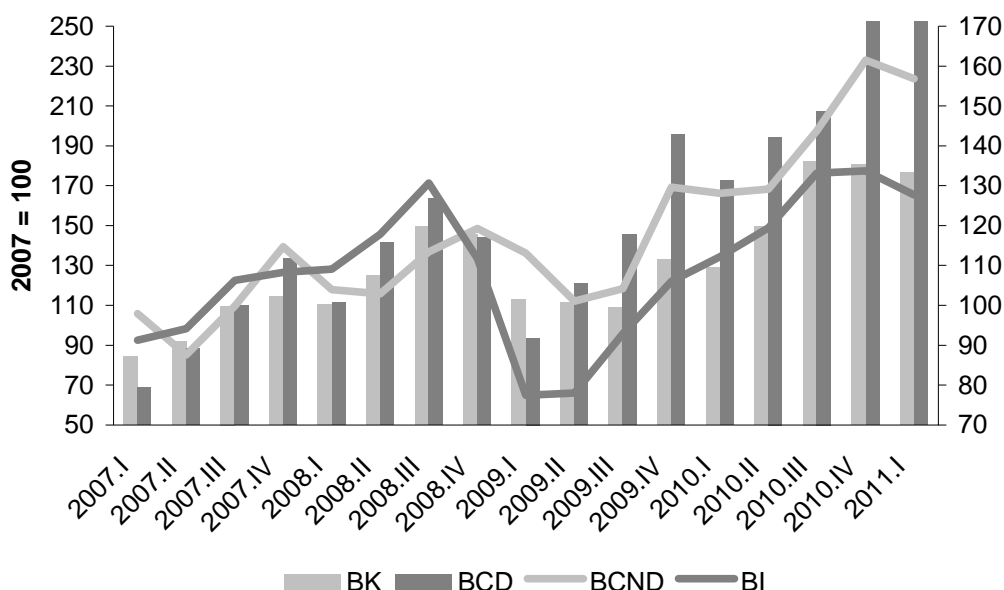
Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Contas Nacionais (Conac)

Na série sem ajuste sazonal, a evolução do índice de quantidade das importações de mercadorias, por categorias de uso final, da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX), revela um movimento quase generalizado de contração do volume importado.

Somente no caso dos bens de consumo duráveis - que se encontram no patamar escandalosamente elevado de 150% acima de média registrada em 2007 (pré-crise) - não houve diminuição. (Gráfico 5) Em parte, o comportamento passado das importações deste grupo de produtos ajuda a explicar o descompasso observado entre vendas e produção,³⁴ que caracteriza a evolução recente do mercado de alguns segmentos industriais.

Nas demais categorias de uso final dos produtos importados, observou-se no primeiro trimestre de 2011 variação negativa do índice *quantum* (série sem ajuste sazonal) de 2,4% no caso dos bens de capital, 2,9% no caso dos bens de consumo não-duráveis, e de 4,5% no caso dos bens intermediários.

GRÁFICO 5 - ÍNDICE *QUANTUM* DAS IMPORTAÇÕES DE MERCADORIAS POR CATEGORIAS DE USO FINAL - BRASIL - 1º TRIMESTRE DE 2007/1º TRIMESTRE DE 2011



Fonte: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEADATA³⁵

Com este resultado, o volume importado estabilizou-se, no caso dos bens de capital, em um patamar ligeiramente superior a 75% da média de 2007 (pré-crise), no caso dos bens de consumo não-duráveis, ligeiramente superior a 50% da média de 2007, e no caso dos bens intermediários, um pouco abaixo de 30% da média de 2007. (Gráfico 5)

³⁴ Mais detalhes sobre esta discrepância na reportagem do *Valor Econômico*, "Comércio volta a avançar mais que a indústria", na edição de 16/06/2011.

³⁵ Dados originais da Funcex, disponíveis no site: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em junho de 2011.

Para o acompanhamento do nível de atividade em Minas Gerais, não se dispõe ainda de séries com valores trimestrais para os componentes do produto agregado pelo lado da demanda, nem de séries com ajuste sazonal para os componentes setoriais da oferta agregada.

Assim, em primeiro lugar se pode notar que o ritmo de expansão da economia de Minas Gerais diminuiu no primeiro trimestre deste ano, comparativamente a 2010, em consonância com o movimento observado no Brasil e no exterior.³⁶

Na comparação com igual trimestre no ano anterior, a taxa de crescimento reduziu de 6,9% para 5,1% na economia estadual, e de 5,0% para 4,2% na economia nacional. (Tabela 1)

No plano nacional, contribuíram para este resultado, conforme assinalado acima: a retirada, ao longo do segundo semestre do ano passado, dos estímulos fiscais para o fortalecimento da demanda agregada; as medidas de restrição ao crédito bancário dos últimos meses de 2010; a contínua elevação da taxa básica de juros pelo Banco Central; e o arrefecimento do ânimo de formação de capital das empresas (após o surto de investimento privado observado durante o segundo semestre de 2009 e o primeiro semestre de 2010).

A isso se acrescentaram os primeiros sinais de esgotamento da expansão do consumo das famílias e de menor dinamismo das exportações.

TABELA 1 - TAXAS DE CRESCIMENTO REAL (%) DO PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS DE MERCADO - MINAS GERAIS E BRASIL - 2010/2011

TAXA DE CRESCIMENTO	MINAS GERAIS					BRASIL				
	2010T1	2010T2	2010T3	2010T4	2011T1	2010T1	2010T2	2010T3	2010T4	2011T1
Trimestral (1)	13,4	11,7	12,1	6,9	5,1	9,3	9,2	6,7	5,0	4,2
Acumulada no ano (2)	13,4	12,5	12,3	10,9	5,1	9,3	9,2	8,4	7,5	4,2
Acumulada em doze meses (3)	1,4	5,9	10,4	10,9	8,9	2,2	5,3	7,5	7,5	6,2

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Contas Nacionais (Conac)

(1) Compara o trimestre de referência com igual trimestre do ano anterior. (2) Compara o resultado acumulado no ano até o trimestre de referência com igual período do ano anterior. (3) Compara o resultado acumulado nos doze meses que se completam no trimestre de referência com igual período imediatamente anterior.

³⁶ No cenário internacional, o resultado que mais se destacou no primeiro trimestre de 2011 foi a intensa redução do crescimento nos EUA, de 3,1% para 1,9% a.a. (com ajuste sazonal). Cf. *The Economist. America's recovery: slower growth, for now* (edição de 28 de abril/2011).

Em Minas, a desaceleração do crescimento econômico deveu-se praticamente aos mesmos fatores.

A taxa de crescimento trimestral é um indicador de desempenho macroeconômico muito apropriado para capturar as mudanças de tendência que se prenunciam à evolução da economia, enquanto a taxa de crescimento acumulada em quatro trimestres, por sua vez, carrega uma maior parte do passado recente na informação que revela.

Assim, a redução desta taxa acumulada em Minas Gerais, de 10,9% no final do ano passado para 8,9% neste primeiro trimestre de 2011 (Tabela 1) mostra que o efeito estatístico de uma fraca base de comparação (na fase que sucedeu o auge da crise econômica mundial em 2008/2009) começa a se esgotar.

Vale notar que o mesmo movimento é observado em âmbito nacional: no mesmo período, a taxa de crescimento acumulada em quatro trimestres na economia brasileira diminuiu de 7,5% para 6,2%.

Na decomposição setorial da evolução do valor adicionado bruto da economia mineira,³⁷ reitera-se o papel central do setor industrial para a explicação do desempenho macroeconômico recente no Estado.

Embora tenha menor peso que o conjunto das atividades de serviços, a taxa de crescimento do valor adicionado na indústria tem-se sustentado consistentemente acima do observado nos demais setores.

Vale também notar que a prominência da indústria é específica à atual conjuntura econômica em Minas Gerais, uma vez que, no âmbito nacional, a taxa de crescimento do valor adicionado nos serviços superou a da indústria pelo segundo trimestre consecutivo (Tabela 2).

No setor de serviços em Minas Gerais, a taxa de crescimento trimestral reduziu de 6,2% ao final do ano passado para 4,1% neste primeiro trimestre de 2011 (4,6% para 4,0% no Brasil); a taxa de crescimento acumulada em quatro trimestres reduziu de 7,1% para 6,3% em Minas, e de 5,4% para 4,9% no Brasil (Tabela 2).

³⁷ O Valor Adicionado Bruto (VAB) corresponde ao conceito de Produto Interno Bruto a preços básicos, ou seja, preços recebidos pelos produtores sem considerar o efeito de impostos indiretos e de subsídios governamentais sobre os preços efetivamente praticados no mercado. Por convenção, reserva-se a denominação Produto Interno Bruto (PIB) ao conceito de Produto Interno Bruto a preços de mercado.

TABELA 2 - TAXAS DE CRESCIMENTO REAL (%) DO VALOR ADICIONADO BRUTO, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA - MINAS GERAIS E BRASIL - 2010/2011

SETORES DE ATIVIDADE	TRIMESTRAL (1)				ACUMULADA NO ANO (2)				ACUMULADA EM 12 MESES (3)			
	2010T2	2010T3	2010T4	2011T1	2010T2	2010T3	2010T4	2011T1	2010T2	2010T3	2010T4	2011T1
MINAS GERAIS	10,1	9,8	7,2	4,5	11,2	10,7	9,8	4,5	5,6	9,3	9,8	7,9
Agropecuário	10,2	8,1	-4,7	3,5	8,3	8,2	6,4	3,5	5,4	11,2	6,4	6,1
Industrial	19,2	12,9	8,6	5,9	21,5	18,4	15,7	5,9	6,4	14,1	15,7	11,4
Serviços	6,6	8,2	6,2	4,1	7,1	7,4	7,1	4,1	5,4	6,8	7,1	6,3
BRASIL	8,5	5,9	4,2	3,8	8,4	7,5	6,7	3,8	4,8	6,8	6,7	5,6
Agropecuário	10,4	7,0	1,1	3,1	8,1	7,8	6,5	3,1	1,9	5,9	6,5	5,8
Industrial	14,1	8,3	4,3	3,5	14,5	12,3	10,1	3,5	5,6	10,2	10,1	7,4
Serviços	6,0	4,9	4,6	4,0	6,1	5,7	5,4	4,0	4,8	5,7	5,4	4,9

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Contas Nacionais (Conac)

(1) Compara o trimestre de referência com igual trimestre do ano anterior. (2) Compara o resultado acumulado no ano até o trimestre de referência com igual período do ano anterior. (3) Compara o resultado acumulado nos doze meses que se completam no trimestre de referência com igual período imediatamente anterior.

O desempenho do setor agropecuário foi muito semelhante no âmbito estadual e nacional neste primeiro trimestre de 2011, e reflete uma forte influência de fatores sazonais nos resultados trimestrais.

O índice estimado para o volume de valor adicionado bruto do setor em Minas Gerais foi 3,5% maior que em igual trimestre do ano passado (3,1% no Brasil); no acumulado em quatro trimestres, registrou crescimento de, respectivamente, 6,1% e 5,8% em Minas e no Brasil.

AGROPECUÁRIA

O fortalecimento do consumo interno de alimentos proporcionado pelo crescimento do emprego e da renda, associado ao incremento da demanda internacional em função do crescimento econômico de países emergentes, choques de oferta, além do aumento da produção de biocombustíveis, têm favorecido diversos produtos da agropecuária mineira.

O valor adicionado da agropecuária mineira cresceu 3,5% no primeiro trimestre de 2011 em relação ao primeiro trimestre de 2010. Nos doze meses acumulados até março de 2011, o crescimento da atividade foi de 6,1% (em comparação aos resultados do setor nos 12 meses acumulados até março de 2010).

O desempenho da produção vegetal no primeiro trimestre de 2011 contou com resultados positivos das safras iniciais de culturas representativas do estado como as do milho (2,3%), feijão (3,6%), e batata-inglesa (18,2%).

Segundo relatório do GCEA-MG/IBGE,³⁸ a produção de milho apresentou bons rendimentos, apesar dos efeitos climáticos. Para o feijão, o relatório menciona que as condições favoráveis de mercado no segundo semestre de 2010 estimularam o aumento da área cultivada. Já a produção de batata-inglesa foi motivada pela valorização do produto por dois anos consecutivos.

Também estão previstos acréscimos para as produções de algodão (109,8%), cebola (26,1%), cana-de-açúcar (5,7%), laranja (4,9%), e banana (0,5%) que irão repercutir nos resultados no decorrer do ano.

O café, produto de maior participação na produção agrícola estadual, tem queda estimada de 11,3% para 2011, ano de baixa no ciclo bianual de produtividade.

Esse decréscimo, porém, ainda não teve impacto de janeiro a março de 2011, visto que a colheita do grão concentra-se no segundo e no terceiro trimestres.

Os preços, por outro lado, estão em elevação diante do consumo aquecido, tanto no âmbito doméstico quanto no exterior. O volume global de estoques, segundo a Organização Internacional do Café (OIC),³⁹ está mais baixo relativamente ao ano passado face ao dinamismo contínuo da

³⁸ Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), IBGE, Pesquisa Mensal de Previsão e Acompanhamento da Safra Agrícola de Minas Gerais no Ano Civil.

³⁹ Organização Internacional do Café, *Monthly Coffee Market Report*, March/April 2011. Disponível no sítio: <http://www.ico.com>. Acesso em junho de 2011.

demanda, que dificulta sua recomposição e favorece a cotação do produto, que alcançou recentemente níveis históricos.

Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para as exportações de janeiro a março de 2011 em relação ao mesmo período de 2010 atestam essa valorização: o volume exportado aumentou 0,8% e o valor (US\$ FOB ⁴⁰), 55,3%.

TABELA 1 - PREVISÕES DA SAFRA AGRÍCOLA - MINAS GERAIS E BRASIL- 2010/2011

PRODUTO	2010		2011 (1)		VARIACÃO (%)	
	MG	BR	MG	BR	MG	BR
Abacaxi (Mil frutos)	222.199	1.413.352	223.893	1.477.616	0,8	4,5
Algodão herbáceo (t)	55.810	2.930.715	117.086	5.111.689	109,8	74,4
Alho (t)	19.120	104.586	18.210	103.939	-4,8	-0,6
Amendoim (1ª Safra) (t)	9.481	203.653	8.044	220.100	-15,2	8,1
Arroz (t)	115.378	11.308.874	87.374	13.344.958	-24,3	18,0
Banana (t)	654.444	6.978.312	657.473	7.015.386	0,5	0,5
Batata - inglesa (1ª Safra) (t)	531.794	1.542.781	628.658	1.748.173	18,2	13,3
Batata - inglesa (2ª Safra) (t)	366.543	1.204.263	354.874	1.369.863	-3,2	13,8
Batata - inglesa (3ª Safra) (t)	245.296	848.286	216.121	810.433	-11,9	-4,5
Café (em grão) (t)	1.504.683	2.874.311	1.335.143	2.649.055	-11,3	-7,8
Cana-de-açúcar (t)	60.603.247	719.156.742	64.078.364	671.817.569	5,7	-6,6
Cebola (t)	118.649	1.555.998	149.673	1.431.297	26,1	-8,0
Coco-da-baía (Mil frutos)	39.291	1.803.907	38.705	1.884.024	-1,5	4,4
Feijão (1ª Safra) (t)	213.999	1.523.089	221.685	2.014.300	3,6	32,3
Feijão (2ª Safra) (t)	211.883	1.205.405	177.721	1.370.113	-16,1	13,7
Feijão (3ª Safra) (t)	197.838	473.654	192.003	431.103	-2,9	-9,0
Laranja (t)	816.875	19.112.251	856.505	18.677.492	4,9	-2,3
Mamona (t)	8.923	93.025	6.675	139.022	-25,2	49,4
Mandioca (t)	794.792	24.354.001	786.573	26.131.228	-1,0	7,3
Milho (1ª Safra) (t)	5.925.619	33.099.482	6.062.964	33.893.442	2,3	2,4
Milho (2ª Safra) (t)	164.322	22.960.954	260.326	24.343.749	58,4	6,0
Soja (t)	2.902.464	68.518.738	2.779.972	74.291.984	-4,2	8,4
Sorgo (t)	304.448	1.505.338	281.991	1.787.794	-7,4	18,8
Tomate (t)	492.323	3.691.316	488.073	3.667.296	-0,9	-0,7
Trigo (t)	84.902	6.036.790	71.707	5.383.379	-15,5	-10,8
Uva (t)	10.113	1.305.672	10.149	1.412.769	0,4	8,2

Fonte: Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Produção Agrícola Municipal (PAM), Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)

(1) Previsão de safra realizada em maio/2011. (2) Produção em mil frutos.

As estimativas do LSPA apontam queda (comparação entre a safra prevista para 2011 e a safra estimada para 2010) para as seguintes culturas: mamona (25,2%), arroz (24,3%), trigo (15,5%), amendoim (15,2%), sorgo (7,4%), alho (4,8%), soja (4,2%), coco-da-baía (1,5%), mandioca (1,0%) e tomate (0,9%).

⁴⁰ Free-on-board, valor que não inclui os custos de transporte internacional e de seguro da viagem.

Os impactos da redução da produção de soja já foram sentidos neste trimestre, em que cerca de 25% da colheita se realizam.

Os rendimentos desse cultivo foram bastante afetados em algumas áreas por efeitos climáticos no início do ano. Também as produções de arroz, sorgo, coco-da-baía e amendoim têm parte considerável de suas colheitas realizadas nesse período e, portanto, influenciaram negativamente os resultados da produção agrícola.

Para as demais culturas, os resultados irão se refletir ao longo do ano.

Projeções para a produção animal referentes ao primeiro trimestre de 2011 contra o primeiro trimestre de 2010, baseadas em dados divulgados até dezembro de 2010, indicam queda de 11,9% para o abate de bovinos e aumento do abate de vacas (9,2%), de suínos (7,2%) e de aves (5,4%).

Para as produções de pintos de corte e de ovos, foram projetadas variações respectivas de 7,9% e 1,7%; para a produção de leite, decréscimo de 3,1%.

Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) registraram aumento de 20,3% no valor exportado (US\$ FOB) de carnes em Minas Gerais e de 5,2% no volume de janeiro a março de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Apesar da possível queda das cotações de alguns produtos em função das volatilidades do mercado internacional, as perspectivas são favoráveis para as exportações da agropecuária mineira em 2011, principalmente devido ao dinamismo da demanda mundial por alimentos.

Quanto à silvicultura e exploração florestal, o crescimento de 7,5% da indústria metalúrgica mineira de janeiro a março de 2011 (comparado a janeiro a março de 2010) sinaliza o fortalecimento da demanda de carvão vegetal - principal insumo siderúrgico -, e, portanto, a expansão da atividade no período.

INDÚSTRIA

Neste primeiro trimestre de 2011, consolidou-se a desaceleração do ritmo de expansão do valor adicionado bruto no setor industrial de Minas Gerais.

Na comparação com o volume produzido em igual trimestre no ano anterior, houve redução da taxa de crescimento pelo quarto trimestre consecutivo.

Ainda assim, o índice de volume do valor adicionado bruto no conjunto do setor industrial do estado foi 5,9% maior no primeiro trimestre deste ano (3,5% no Brasil, conforme Tabela 1).

Nesta base de comparação (trimestre contra igual trimestre no ano anterior), fica evidente que a evolução no resultado agregado do setor industrial mineiro é muito influenciada pelo desempenho dos setores de produção da indústria de transformação ⁴¹ - cujo volume produzido no primeiro trimestre de 2011 ainda esteve 4,9% acima do observado em 2010 (2,4% no Brasil).

TABELA 1 - TAXAS DE CRESCIMENTO REAL (%) DO VALOR ADICIONADO BRUTO NO SETOR INDUSTRIAL - MINAS GERAIS E BRASIL - 2010/2011

SETORES DE ATIVIDADE	TRIMESTRAL (1)				ACUMULADA NO ANO (2)				ANUALIZADA (3)			
	2010T2	2010T3	2010T4	2011T1	2010T2	2010T3	2010T4	2011T1	2010T2	2010T3	2010T4	2011T1
MINAS GERAIS	19,2	12,9	8,6	5,9	21,5	18,4	15,7	5,9	6,4	14,1	15,7	11,4
Extr. Mineral	32,8	25,1	21,4	10,7	42,6	35,7	31,8	10,7	8,7	26,4	31,8	22,2
Transform.	24,1	12,8	5,4	4,9	26,4	21,2	16,8	4,9	8,2	17,0	16,8	11,3
Constr. Civil	7,8	8,2	10,7	8,9	9,6	9,1	9,5	8,9	6,0	7,8	9,5	8,9
SIUP	4,0	9,8	9,2	2,6	4,4	6,2	6,9	2,6	-1,2	3,6	6,9	6,4
BRASIL	14,1	8,3	4,3	3,5	14,5	12,3	10,1	3,5	5,6	10,2	10,1	7,4
Extr. Mineral	16,6	16,6	14,8	4,0	15,6	16,0	15,7	4,0	8,5	13,5	15,7	12,9
Transform.	14,1	7,1	2,4	2,4	15,6	12,5	9,7	2,4	5,6	10,5	9,7	6,4
Constr. Civil	16,6	9,6	6,2	5,2	15,9	13,6	11,6	5,2	5,6	10,7	11,6	9,2
SIUP	10,0	8,0	5,1	4,9	9,2	8,8	7,8	4,9	3,7	6,6	7,8	6,9

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Contas Nacionais (Conac)

(1) Compara o trimestre de referência com igual trimestre do ano anterior. (2) Compara o resultado acumulado no ano até o trimestre de referência com igual período do ano anterior. (3) Compara o resultado acumulado nos doze meses que se completam no trimestre de referência com igual período imediatamente anterior.

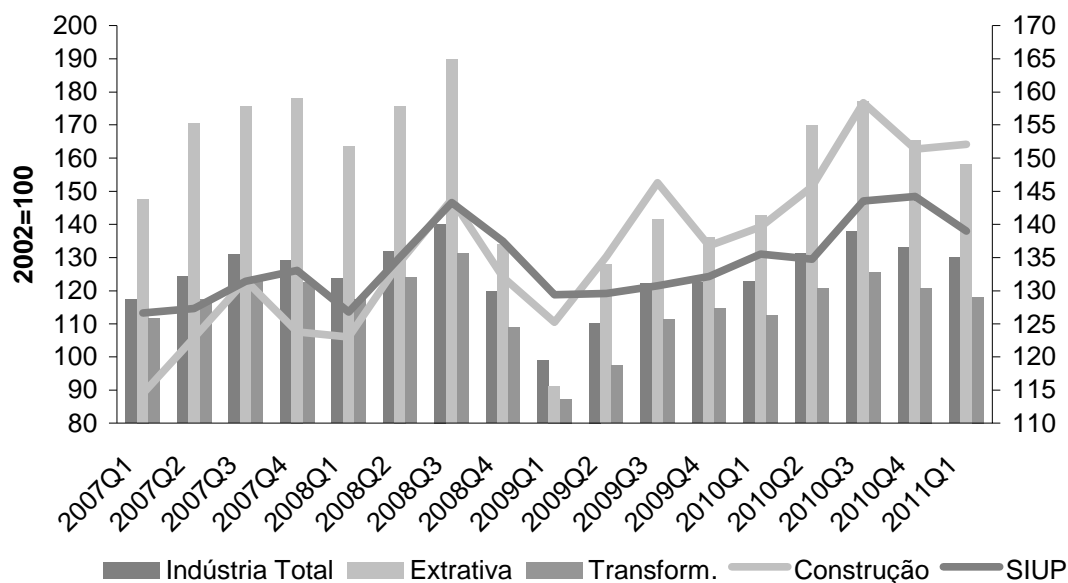
⁴¹ Esta correlação reflete o peso das atividades na indústria de transformação no conjunto do complexo industrial mineiro: o valor adicionado pela indústria de transformação corresponde a 58% do total gerado pela indústria mineira (http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/component/docman/doc_download/550-infocei-pibmg-20083). No Brasil, os dados das Contas Nacionais Trimestrais (4º Trimestre de 2010) indicam a proporção de 56% para a parcela do valor adicionado industrial criado na indústria de transformação. Esta última informação foi obtida a partir dos dados disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm>. Acesso em junho de 2011.

A produção dos setores vinculados à indústria extrativa mineral no Estado ⁴² permaneceu muito acima da registrada no passado mais recente. ⁴³

No primeiro trimestre de 2011, o índice de volume do valor adicionado no setor superou o registrado no primeiro trimestre de 2010 em 10,7% (4,0% no Brasil); no acumulado ao longo dos doze meses completados em março deste ano, foi 22,2% (12,9% no Brasil) superior ao acumulado nos doze meses completados em março do ano passado (Tabela 1).

No entanto, à medida que os resultados da indústria extrativa mineira do segundo e do terceiro trimestres do ano passado passem a compor a base de comparação dos próximos resultados, dificilmente números tão positivos serão repetidos (Gráfico 1).

GRÁFICO 1 - ÍNDICE DE VOLUME DO VALOR ADICIONADO BRUTO NO SETOR INDUSTRIAL - MINAS GERAIS - 1º TRIMESTRE DE 2007/1º TRIMESTRE DE 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

⁴² Este setor produz 12,8% do total de valor adicionado na indústria mineira. Por sua vez, 89,2% do valor bruto da produção na indústria extrativa mineral estadual em 2008 resultaram da extração de minério de ferro (no Brasil, esta proporção corresponde a 16,5%, dado que a indústria de extração do petróleo e gás natural gerou 50,6% do valor bruto da produção na extração mineral). Informações disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/produtos/produto2008/defaultproduto.shtm> Acesso em junho de 2011

⁴³ Embora a recuperação do índice de volume do setor, consolidada no primeiro semestre do ano passado, não tenha superado o nível de produção prevaemente em 2007 e nos três primeiros trimestres de 2008 (Gráfico 1).

A produção e distribuição de eletricidade, gás, água, saneamento, e limpeza urbana (os chamados serviços industriais de utilidade pública - SIUP) em Minas Gerais, no primeiro trimestre de 2011, foi 2,6% superior à observada no mesmo período no ano passado (4,9% no Brasil); no acumulado ao longo dos doze meses completados em março deste ano, foi 6,4% (6,9% no Brasil) superior ao acumulado nos doze meses completados em março do ano passado (Tabela 1).

As atividades da indústria da construção civil continuaram a apresentar taxas expressivas de crescimento e, no caso de Minas Gerais, permitem identificá-la como o único subsetor da indústria sem sinais consistentes de desaceleração do ritmo de crescimento (Gráfico 1).

Embora sua taxa de crescimento (comparação com mesmo trimestre no ano anterior) tenha sido reduzida - de 10,7% ao final de 2010 para 8,9% no primeiro trimestre de 2011 -, este último número, além de expressivo, ficou acima do registrado no segundo e no terceiro trimestres do ano passado.

Para o conjunto da economia brasileira, o desempenho da indústria da construção civil nos três primeiros meses de 2011 foi 5,2% maior do que o verificado em igual período de 2010. Nos doze meses encerrados em março de 2011, a atividade cresceu 9,2% na mesma base comparativa para o ano anterior.

A Pesquisa Industrial Mensal do IBGE (PIM-PF), que apresenta resultados para a evolução do volume da produção física da indústria de transformação, indicou crescimento de 3,5% no primeiro trimestre de 2011 para o segmento em Minas e de 2,2% para o Brasil.

Na comparação dos quatro trimestres acumulados até março de 2011 em relação aos trimestres imediatamente anteriores, a Pesquisa apontou acréscimo de 8,4% no estado e de 6,6% no Brasil. (Tabela 5)

Entre os gêneros da transformação abrangidos pela PIM-PF para o estado, os maiores acréscimos foram provenientes da indústria de outros produtos químicos (25,8%), produtos de metal (8,5%), metalurgia básica (7,1%) e máquinas e equipamentos (6,5%).

As maiores retrações verificaram-se nas produções de fumo (5,7%), têxtil (4,1%) e alimentos (2,8%), segmentos mais atrelados ao mercado interno.

TABELA 2 - ÍNDICE DE VOLUME DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL (2007=100) - MINAS GERAIS - 1º TRIMESTRE DE 2009 - 1º TRIMESTRE DE 2011

ATIVIDADE INDUSTRIAL	ÍNDICE DE PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL								VARIÇÃO (%)			
	2009T1	2009T2	2009T3	2009T4	2010T1	2010T2	2010T3	2010T4	2011T1	(1)	(2)	
Alimentos	BR	85,7	97,3	109,4	103,1	87,8	105,3	117,7	102,5	88,8	1,1	4,2
	MG	104,5	107,3	116,7	114,3	110,2	116,5	119,5	112,6	107,1	-2,8	1,6
Bebidas	BR	101,8	94,7	102,8	130,1	119,3	108,7	112,6	137,1	115,5	-3,2	6,0
	MG	92,0	93,3	97,1	111,9	105,9	99,2	102,5	120,6	106,1	0,1	5,0
Fumo	BR	82,5	155,5	84,9	40,3	76,5	134,8	80,0	42,6	65,8	-14,0	-9,5
	MG	104,0	83,6	86,4	94,1	96,0	84,4	84,8	91,3	90,6	-5,7	-2,5
Têxtil	BR	84,8	90,4	98,7	93,5	95,4	99,3	100,7	88,1	85,5	-10,4	-1,2
	MG	76,8	81,7	86,7	84,5	83,9	89,0	87,9	82,6	80,5	-4,1	0,9
Celulose e prod. de papel	BR	98,4	101,3	107,3	108,0	106,6	106,3	110,1	110,4	108,5	1,8	2,9
	MG	104,3	96,1	105,6	105,7	106,2	89,5	102,5	106,9	103,6	-2,4	-2,7
Refino	BR	89,9	99,0	106,1	103,4	89,2	101,8	106,9	103,5	93,2	4,5	1,9
	MG	89,2	110,7	121,6	111,1	95,7	122,6	126,5	114,3	96,2	0,5	4,7
Outros prod. químicos	BR	77,6	88,5	108,9	102,8	99,0	97,6	112,4	107,4	93,8	-5,2	3,0
	MG	71,4	64,2	91,4	102,4	85,7	81,5	105,7	130,5	107,8	25,8	23,8
Minerais não-metálicos	BR	94,9	98,9	109,4	109,9	105,4	112,1	117,8	116,2	110,2	4,6	7,8
	MG	93,3	100,0	109,1	110,3	105,9	118,5	123,4	116,2	107,9	1,9	9,6
Metalurgia básica	BR	71,4	79,8	92,9	96,5	96,6	102,9	103,5	97,5	98,1	1,6	9,9
	MG	55,3	69,8	81,7	86,7	88,9	96,2	97,1	92,4	95,5	7,5	16,5
Produtos de metal	BR	78,8	85,6	91,2	94,2	112,7	110,8	105,0	103,0	114,7	1,7	13,0
	MG	63,2	68,8	70,6	70,0	67,8	71,7	73,1	68,6	73,3	8,1	3,4
Máquinas e equipamentos	BR	73,8	75,2	91,9	104,7	104,8	106,6	106,7	110,8	109,5	4,5	15,1
	MG	49,5	61,3	74,1	108,8	102,3	129,6	125,2	99,2	109,0	6,5	33,6
Veículos automotores	BR	77,9	93,6	100,7	106,9	107,4	119,3	125,3	118,6	118,2	10,0	17,8
	MG	82,7	97,4	111,3	97,5	95,0	102,2	110,2	102,5	96,2	1,3	2,5
Ind. Transformação	BR	83,1	91,9	102,6	104,5	98,2	105,1	110,6	107,5	100,4	2,2	6,6
	MG	78,7	86,9	98,5	99,0	95,3	102,5	107,4	103,2	98,7	3,5	8,4

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF)

(1) Trimestral: compara o 1º trimestre de 2011 com o 1º trimestre de 2010. (2) Anualizada: compara o resultado acumulado nos quatro trimestres completados em março de 2011 com igual período imediatamente anterior.

COMÉRCIO E SERVIÇOS

Nas atividades do setor de serviços, observou-se relativa divergência entre o desempenho dos principais subsetores em Minas e no Brasil.

No comércio e serviços de reparação e manutenção, claramente houve maior dinamismo no desempenho recente da economia estadual, em relação ao resultado nacional. (Tabela 1)

Além disso, a redução do ritmo de expansão real do valor adicionado bruto no setor, do último trimestre de 2010 para o início de 2011, foi menos acentuada no Estado - de 10,9% para 9,1% (em comparação à redução de 7,5% para 5,5% no Brasil).

Nas atividades de transportes, armazenagem e correios - serviços fortemente vinculados à produção e circulação de bens tangíveis -, ao contrário, a desaceleração do ritmo de crescimento no estado foi muito mais acentuada que no país.

TABELA 1 - TAXAS DE CRESCIMENTO REAL (%) DO VALOR ADICIONADO BRUTO NO SETOR DE SERVIÇOS
- MINAS GERAIS E BRASIL - 2010/2011

SETORES DE ATIVIDADE	TRIMESTRAL (1)				ACUMULADA NO ANO (2)				ANUALIZADA (3)			
	2010T2	2010T3	2010T4	2011T1	2010T2	2010T3	2010T4	2011T1	2010T2	2010T3	2010T4	2011T1
MINAS GERAIS	6,6	8,2	6,2	4,1	7,1	7,4	7,1	4,1	5,4	6,8	7,1	6,3
Comércio	9,9	10,3	10,9	9,1	10,6	10,5	10,6	9,1	8,6	10,1	10,6	10,1
Transportes	16,4	12,7	7,8	3,9	17,1	15,5	13,4	3,9	7,7	12,8	13,4	10,2
Aluguel	3,5	2,9	3,8	4,1	3,8	3,5	3,6	4,1	4,1	3,7	3,6	3,6
APU	1,1	8,6	3,3	-0,2	2,3	4,4	4,1	-0,2	2,6	3,9	4,1	3,2
Outros Serv.	7,0	7,4	5,6	3,7	7,1	7,2	6,8	3,7	5,1	6,6	6,8	5,9
BRASIL	6,0	4,9	4,6	4,0	6,1	5,7	5,4	4,0	4,8	5,7	5,4	4,9
Comércio	12,1	9,0	7,5	5,5	13,6	12,0	10,7	5,5	7,5	10,8	10,7	8,5
Transportes	11,1	7,5	5,3	4,7	11,8	10,3	8,9	4,7	6,1	8,9	8,9	7,1
Aluguel	1,7	1,5	1,9	1,9	1,7	1,6	1,7	1,9	2,0	2,0	1,7	1,7
APU	2,9	2,3	1,5	2,8	2,7	2,6	2,3	2,8	3,1	2,9	2,3	2,4
Outros Serv.	5,7	5,4	6,0	4,6	5,4	5,4	5,6	4,6	5,3	5,6	5,6	5,4

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Contas Nacionais (Conac).

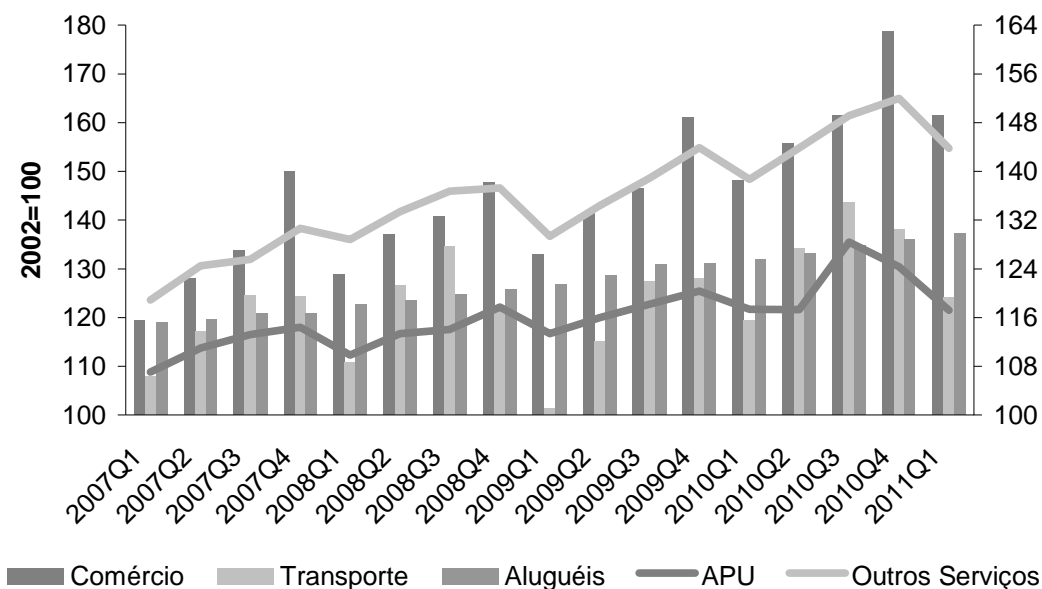
(1) Compara o trimestre de referência com igual trimestre do ano anterior. (2) Compara o resultado acumulado no ano até o trimestre de referência com igual período do ano anterior. (3) Compara o resultado acumulado nos doze meses que se completam no trimestre de referência com igual período imediatamente anterior.

Em Minas Gerais, a taxa de crescimento real do valor adicionado bruto (trimestre de referência contra igual trimestre no ano anterior) no setor reduziu de 7,8% ao final de 2010 para 3,9% neste primeiro trimestre de 2011; no Brasil, de 5,3% para 4,7%. (Tabela 1)

Outra evidência da desaceleração do ritmo de crescimento das atividades de transportes, em Minas Gerais: dos subsetores das atividades de serviços em que é possível estimar o índice de volume do valor adicionado bruto, este é o que menos se distancia, neste primeiro trimestre de 2011, da média observada em 2007 - antes, portanto, que a crise internacional de 2008-2009 desse ensejo ao forte movimento cíclico no nível de atividade econômica do período mais recente (Gráfico 1).

No conjunto de atividades imobiliárias e aluguéis, estimou-se relativa estabilidade no ritmo de crescimento do valor adicionado bruto, tanto em Minas como no Brasil. No estado, porém, este ritmo permanece mais elevado que no país (respectivamente, 4,1% e 1,9% no primeiro trimestre deste ano).

GRÁFICO 1 - ÍNDICE DE VOLUME DO VALOR ADICIONADO BRUTO EM ATIVIDADES DO SETOR DE SERVIÇOS - MINAS GERAIS - 1º TRIMESTRE DE 2007 - 1º TRIMESTRE DE 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Os demais serviços, em que estão incluídos os serviços de informação, os serviços de intermediação financeira, de seguros, de previdência complementar e relativos, a saúde e educação privadas, os serviços prestados às empresas e às famílias, os serviços de alojamento e de

alimentação, os serviços domésticos, entre outros, apresentaram nos planos estadual e nacional uma considerável redução no seu ritmo de expansão, respectivamente, de 5,6% no último trimestre do ano passado para 3,7%, e de 6,0% para 4,6% (Tabela 1).

No conjunto dos segmentos de atuação do comércio varejista, em Minas Gerais e no Brasil, o volume de vendas no primeiro trimestre de 2011 superou o registrado no mesmo período do ano passado em, respectivamente, 12,2% e 6,9% (Tabela 2).

No período acumulado nos quatro trimestres completados em março deste ano, em comparação a idêntico período imediatamente anterior, o volume de vendas ampliou-se 11,5% no estado e 9,5% no país.

No comércio varejista, os segmentos com maior expansão (na comparação do primeiro de trimestre de 2011 com o primeiro trimestre de 2010) do volume de vendas foram: móveis e eletrodomésticos (35,2%), e equipamentos e material de escritório, informática e comunicação (30,2%).

O desempenho recente mais fraco foi observado nos segmentos dos hipermercados e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (5,1%).

Além do comércio varejista, a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE também acompanha a evolução do volume de vendas nos segmentos de veículos, motos, partes e peças, e material de construção.

Nestes, a taxa de crescimento do primeiro trimestre de 2011 (comparado ao primeiro trimestre de 2010) em Minas Gerais foi de, respectivamente, 9,8% e 11,1%.

Veículos e motocicletas (27,6%), móveis e eletrodomésticos (28,1%), e equipamentos e material de escritório, informática e comunicação (43,2%) foram os principais responsáveis pela forte intensidade do crescimento recente das vendas no setor.

TABELA 2 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS NO COMÉRCIO VAREJISTA (2007=100) - MINAS GERAIS - 1º TRIMESTRE DE 2009 - 1º TRIMESTRE DE 2011

ATIVIDADE COMERCIAL		ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS NO COMÉRCIO VAREJISTA									VARIÇÃO (%)	
		2009T1	2009T2	2009T3	2009T4	2010T1	2010T2	2010T3	2010T4	2011T1	(1)	(2)
Combustíveis e lubrificantes	BR	105,7	108,8	110,2	116,3	111,5	115,0	120,3	123,2	117,8	5,7	6,6
	MG	103,57	112,01	121,17	123,71	113,72	124,61	133,41	131,95	124,7	9,7	9,4
Hipermercados, produtos aliment., bebidas e fumo	BR	105,8	110,4	112,9	127,9	119,0	119,8	123,4	135,8	122,3	2,8	6,6
	MG	100,5	105,1	108,7	120,4	110,4	112,2	117,4	127,9	116,0	5,1	6,5
Tecidos, vestuário e calçados	BR	78,1	100,9	94,6	134,4	85,6	111,5	106,7	147,4	93,8	9,6	10,6
	MG	81,478	104,59	98,825	133,11	90,021	115,09	109,78	143,95	99,084	10,1	9,7
Móveis e eletrodomésticos	BR	104,8	105,5	115,6	144,1	127,4	126,2	132,3	170,2	148,8	16,8	17,2
	MG	101,5	101,3	108,0	136,8	124,4	126,9	134,2	175,2	168,2	35,2	28,5
Art. farm., médicos, ortop., de perf. e cosméticos	BR	115,79	123,1	130,28	137,47	131,2	136,83	144,43	154,37	143,59	9,4	10,9
	MG	118,3	127,1	132,7	135,3	131,1	133,9	142,5	148,8	141,1	7,7	7,6
Livros, jornais, revistas e papelaria	BR	149,72	105,93	111,39	119,95	162,16	114,18	122,86	146,01	177,78	9,6	12,3
	MG	163,2	102,8	108,8	135,5	159,6	103,3	115,3	146,6	178,4	11,8	7,2
Equip. e mat. de escritório, informática e comunic.	BR	120,8	146,9	147,5	175,3	157,0	179,7	185,5	211,7	178,8	13,9	20,6
	MG	128,4	154,2	173,7	173,5	186,6	213,0	214,0	248,6	243,0	30,2	33,5
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	BR	109,2	120,6	118,9	152,5	116,1	127,7	134,6	168,2	123,1	6,0	9,0
	MG	112,55	123,63	116,79	160,18	114,48	131,49	139,6	179,57	126,05	10,1	12,0
COMÉRCIO VAREJISTA	BR	104,8	110,8	113,5	133,1	118,1	122,1	126,2	146,0	126,3	6,9	9,5
	MG	102,6	108,2	112,3	127,8	114,7	119,7	125,5	142,3	128,7	12,2	11,5
Veículos, motos, partes e peças	BR	111,8	123,2	133,5	128,4	135,0	127,3	145,7	159,1	139,5	3,3	9,9
	MG	111,83	123,74	134,47	134,18	142,81	143,87	159,1	171,27	156,82	9,8	17,9
Material de construção	BR	87,3	96,0	109,3	110,1	100,4	112,1	128,2	125,0	114,1	13,6	15,3
	MG	96,1	103,1	121,6	122,0	116,3	123,4	137,2	133,3	129,2	11,1	13,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Mensal do Comércio (PMC)

(1) Trimestral: compara o 1º trimestre de 2011 com o 1º trimestre de 2010. (2) Anualizada: compara o resultado acumulado nos quatro trimestres completados em março de 2011 com igual período imediatamente anterior.

COMÉRCIO EXTERIOR

As exportações mineiras foram de US\$ 8.515,5 milhões no primeiro trimestre de 2011, o que correspondeu a 64,1% de crescimento em relação ao mesmo trimestre de 2010. Comparativamente ao quarto trimestre de 2010, o valor das vendas externas de Minas Gerais apresentou queda de 10,1%, retração esta bastante comum nos meses iniciais de cada ano. Quanto às importações de Minas Gerais, elas somaram US\$ 2.629,0 milhões no primeiro trimestre de 2011, o que representou crescimento de 32,2% em relação ao primeiro trimestre de 2010.

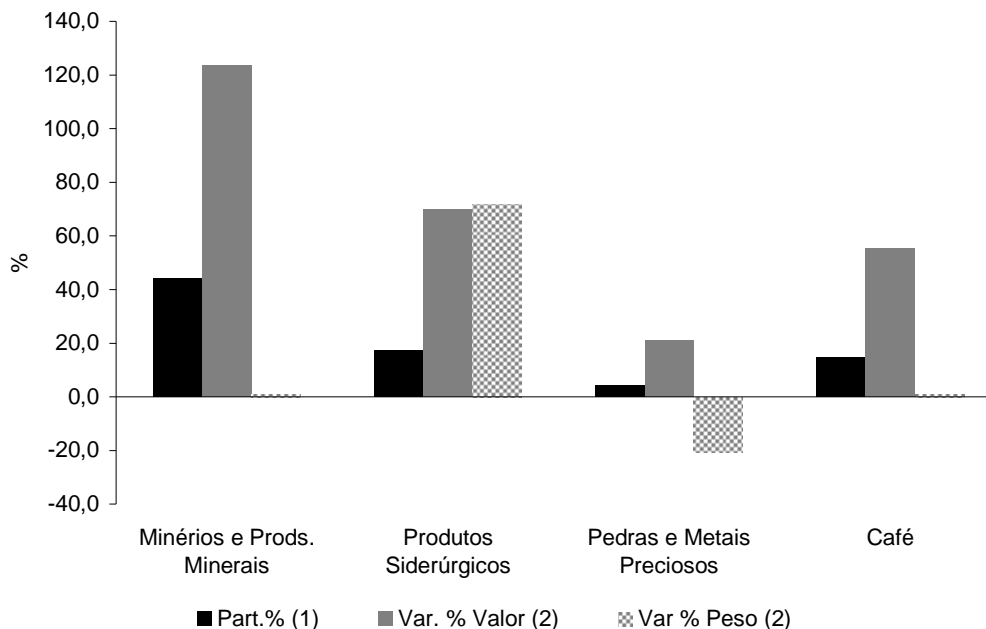
Como o ritmo de crescimento das exportações de Minas Gerais no primeiro trimestre de 2011 mostrou-se relativamente mais intenso do que a média nacional (64,1% e 30,6% em relação ao mesmo trimestre de 2010, respectivamente), registrou-se significativo avanço do coeficiente de participação relativa das vendas externas mineiras no valor total das exportações brasileiras: 16,6% no primeiro trimestre de 2011, contra 13,3% no primeiro trimestre de 2010. As importações mineiras (expansão de 32,2%) também cresceram em ritmo mais acelerado do que o crescimento médio das compras externas brasileiras (32,2% e 25,3%, respectivamente) na mesma base de comparação.

Os segmentos que mais influenciaram o comportamento das exportações de Minas Gerais no primeiro trimestre de 2011 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, bem como as taxas de crescimento a eles correspondentes são mostrados na Figura 1. Estes quatro principais segmentos responderam por cerca de oitenta por cento do total das vendas externas do Estado, tendo exercido forte influência no comportamento geral das exportações mineiras.

No que diz respeito ao comportamento das importações mineiras no primeiro trimestre de 2011 em relação ao mesmo trimestre de 2010, os segmentos que exerceram maior influência foram: Veículos/Tratores/Ciclos (+31,1%), Combustíveis (+52,1%), Equipamentos Mecânicos (+27,5%), e Adubos e Fertilizantes (+79,5%).

Pode-se dizer que, de modo geral, após a crise financeira internacional de 2009 (em que as vendas externas mineiras fecharam o ano com queda de 20,0%), o comportamento das exportações no primeiro trimestre de 2011 confirma a tendência de recuperação registrada no ano passado - quando as exportações fecharam 2010 com crescimento de 60,0%.

GRÁFICO 1 - PARTICIPAÇÃO E CRESCIMENTO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS - MINAS GERAIS - 1º TRIMESTRE DE 2011



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Secretaria de Comércio Exterior (SECEX)

(1) No valor total das exportações do Estado. (2) Em relação ao 1º trimestre de 2010.

Considerando-se os dados mais recentes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) relativos ao período acumulado de janeiro-abril de 2011, comparativamente com o mesmo período de 2010, observa-se que o crescimento das exportações mineiras mantém seu ritmo de expansão mais acelerado do que a média nacional. São os seguintes os resultados do comércio exterior para Minas Gerais e para Brasil, em termos de taxa de crescimento no acumulado de janeiro-abril/2011 em comparação com igual período de 2010: exportações (59,6% e 31,3%, respectivamente), importações (29,7% e 27,1%, respectivamente), superávit comercial (77,4% e 132,3%, respectivamente).

Os resultados positivos das vendas mineiras estão associados, principalmente, ao comportamento favorável dos preços internacionais de importantes *commodities* da pauta de exportação, a exemplo de Minérios e Café. O volume físico dos embarques de mercadorias sofreu pequena alteração (1,5% de crescimento, ou seja, 52,9 milhões de toneladas no acumulado de janeiro-abril/2011, contra 52,1 milhões de toneladas em igual período de 2010).

As vendas externas de Minas Gerais em janeiro-abril de 2011 (US\$ 11.648,9 milhões) corresponderam a aproximadamente quatro bilhões e trezentos milhões de dólares a mais do que o valor exportado em igual período de 2010, e considerando-se os grupos de produtos segundo a

intensidade dos insumos utilizados no processo produtivo, o desempenho foi o seguinte: (a) Intensivos em Recursos Naturais, 72,0% de crescimento e destaque para Minérios e Produtos Minerais (110,2% e participação de 45,0% na pauta mineira); (b) Intensivos em Mão-de-Obra, expansão de 59,6%, com destaque para Couros e Peles (175,5% e participação de 0,3%); (c) Intensivos em Capital, 50,1% de crescimento, com destaque para Produtos Siderúrgicos (55,2% de expansão e participação de 16,7%); e (d) Intensivos em Tecnologia, com crescimento de 3,0%.

Ao se analisar os segmentos de produtos exportados por Minas Gerais no acumulado de janeiro-abril/2011, aqueles que apresentaram as maiores taxas de crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior foram: Frutas (210,7%), Couros e Peles (175,5%), Minérios e Produtos Minerais (110,2%), e Móveis (96,9%).

É importante destacar a mudança de trajetória que vem ocorrendo nas exportações dos segmentos de Couros/Peles e Cosméticos/Perfumaria no período acumulado de janeiro-abril/2011: estão conseguindo reverter o movimento de queda ocorrido no ano de 2010, tendo apresentado crescimento no atual momento.

Em termos de mercados de destino, registrou-se expansão das exportações de Minas Gerais para os quatro principais mercados compradores, no período janeiro-abril/2011 em relação ao mesmo período do ano anterior: Ásia (94,8%) - principal mercado de destino das exportações mineiras e que responde por 46,4% do valor total exportado pelo Estado - União Européia (51,1% de crescimento e participação de 26,8% nas exportações do Estado), Nafta (expansão de 51,1% e 9,7% de participação) e Mercosul (27,1% de crescimento e 6,5% de participação).

Considerando-se o grupo de países denominado BRICs, registra-se expansão das vendas de produtos mineiros para a China (122,7%) e Rússia (+31,7%), e queda de exportações para a Índia (59,3%), no acumulado de janeiro-abril/2011 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em síntese, pode-se dizer que após ter fechado o ano de 2009 em retração, as exportações para o Nafta, União Européia e Mercosul estão consolidando a trajetória de recuperação registrada em 2010, tendo apresentado crescimento também no período janeiro-abril de 2011.

A análise individual dos principais países importadores de produtos mineiros no acumulado de janeiro-abril/2011 em relação ao mesmo período do ano anterior indica crescimento de vendas para a China (122,7%), Estados Unidos da América (51,5%), Japão (42,6%), Países Baixos (86,4%) e Argentina (30,3%). Portanto, são fortes os indícios que apontam para a consolidação do crescimento das exportações para os Estados Unidos da América, Alemanha, Argentina e Japão: após a queda registrada em 2009, as vendas externas para estes países apresentaram recuperação em 2010, e

continuam a se expandir no período janeiro-abril/2011 comparativamente a igual período do ano anterior.

Em 2011, a China se mantém como o maior mercado comprador de produtos de Minas Gerais, seguida pelo Japão, Estados Unidos da América e Países Baixos. É interessante destacar, também, a expressiva expansão das exportações mineiras para Tailândia (641,7%) e Coreia do Sul (121,7%), baseada, principalmente no crescimento das vendas externas de produtos tradicionais, a exemplo de Minérios e Produtos Siderúrgicos.

Focando agora a análise das importações mineiras no acumulado de janeiro-abril/2011 comparativamente ao mesmo período do ano anterior, observa-se que as mais expressivas taxas de crescimento foram registradas para os seguintes fornecedores: Venezuela (1.842,6%), Rússia (267,2%) e Reino Unido (172,6%). Também houve expansão das importações dos fornecedores mais tradicionais de Minas Gerais tais como: Estados Unidos da América (71,4%), Argentina (31,4%) e China (12,1%).

Em termos gerais, os dados do acumulado de janeiro-abril/2011 disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) confirmam o desempenho positivo das exportações das principais empresas mineiras. Registrou-se expansão das vendas das cinco maiores exportadoras: Vale S.A. (126,9%), Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (54,0%), Nacional Minérios (118,3%), Gerdau Açominas (72,1%) e Fiat Automóveis (18,1%). Além disto, chama a atenção, a forte expansão das vendas externas da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda., COOXUPÉ (194,7%).

Em suma, cabe salientar que mesmo diante do resultado favorável das exportações mineiras e brasileiras em 2011, não se pode desconsiderar que ele está sendo influenciado, sobretudo, pelos elevados preços de commodities agrícolas e minerais no mercado internacional, e pelo desempenho positivo da economia chinesa. Associados a estes aspectos, pode-se dizer que o cenário de supervalorização do real e de perda de competitividade de produtos industrializados no mercado internacional são fatores que tendem a imprimir fragilidades aos resultados positivos do comércio exterior brasileiro e mineiro.

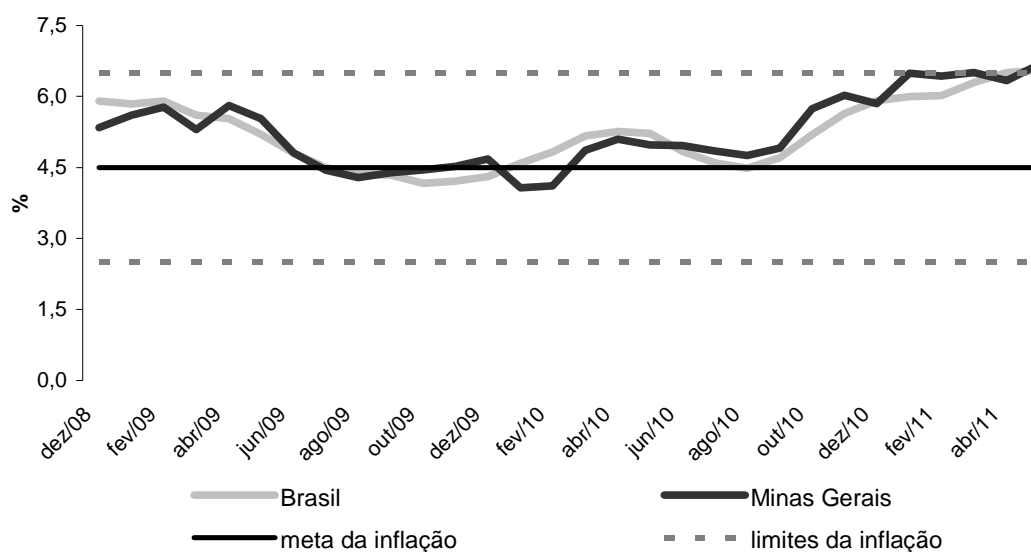
INFLAÇÃO

O nível de preços registrado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE tem se elevado persistentemente desde setembro de 2010.

Entre janeiro e março de 2011, o índice nacional aumentou 2,4% e o da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), 2,8%. Nos 12 meses acumulados até março de 2011, a variação alcançou 6,3% no Brasil e 6,5% na RMBH.

Esses resultados distanciaram-se significativamente da meta anual de 4,5%, avançando rapidamente em direção ao limite superior de 6,5%.

GRÁFICO 1 - INFLAÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES (EM %) - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) E BRASIL - DEZEMBRO DE 2008/ MAIO DE 2011



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sistema Nacional de Preços ao Consumidor (SNIPC)

Na decomposição do índice para a RMBH, o grupo alimentos e bebidas e os grupos relacionados às atividades de serviços constituíram os principais focos de majoração dos preços.

Nos serviços, o item educação teve a maior na alta dos preços no primeiro trimestre de 2011 (6,5%) em decorrência dos reajustes sazonais no período, mas o segmento como um todo tem exercido fortes pressões sobre a inflação.

Nos três primeiros meses de 2011, os itens transporte, saúde, despesas pessoais e comunicação, aumentaram, respectivamente, 4,9%, 1,3%, 3,1% e 0,8%. Juntamente com o item educação, pesam mais de 50% no IPCA total.

TABELA 1: INFLAÇÃO TRIMESTRAL (EM %), POR GRUPO - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - ABRIL-JUNHO DE 2010 - JANEIRO-MARÇO DE 2011

Especificação	Índice Geral	Alimentos e Bebidas	Habitação	Art. de Residência	Vestuário	Transporte	Saúde	Despesas Pessoais	Educação	Comunicação
abr-jun/10	1,1	0,6	1,1	0,7	3,0	0,2	2,3	2,8	0,2	0,2
jul-set/10	0,4	0,0	0,4	0,7	0,3	0,0	1,0	1,1	0,9	0,1
out-dez-10	2,1	5,1	1,4	0,3	3,1	0,6	1,1	2,3	0,3	0,9
jan-mar/11	2,8	3,1	1,0	1,3	-0,5	4,9	1,3	3,1	6,5	0,8

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sistema Nacional de Preços ao Consumidor (SNIPC)

De acordo com Boletim Regional do Banco Central,⁴⁴ o descompasso entre produtividade e aumentos reais dos salários tem sido a principal causa de aumentos dos preços no Brasil. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA),⁴⁵ entre o quarto trimestre de 2007 e o quarto trimestre de 2010, a produtividade do trabalho nos serviços apresentou aumento de 4,0%, bastante inferior à variação de 12,5% nos salários reais da atividade no mesmo período. Para a economia como um todo, produtividade e salários tiveram aumentos respectivos de 3,1% e 10,7% no intervalo considerado.

O Relatório de Inflação do Banco Central de março de 2011⁴⁶ destaca que, no período de março de 2004 a fevereiro de 2011, a média acumulada em doze meses do IPCA-Serviços no Brasil variou 6,5%. A variação na RMBH atingiu 7,7%, superando a média nacional, bem como a de todas as regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa.⁴⁷ No mesmo período, a variação média do IPCA, excluindo-se os serviços, foi de, respectivamente, 5,7% e 5,1%, para a RMBH e o Brasil.

⁴⁴ Banco Central do Brasil, *Boletim Regional*, abril de 2011, volume 5, nº. 2. Disponível no sítio: <http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2011/04/br201104P.pdf>. Acesso em junho de 2011.

⁴⁵ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), *Conjuntura em Foco*, junho de 2011. Disponível no sítio: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura_em_foco/110615_conjunturaemfoco.pdf. Acesso em junho de 2011.

⁴⁶ Banco Central do Brasil, *Relatório de Inflação*, março de 2011. Disponível no sítio: <http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2011/03/ri201103P.pdf>. Acesso em junho de 2011.

⁴⁷ Regiões metropolitanas: BRA (Brasília), GOI (Goiânia), RMB (RM Belém), RMBH (RM Belo Horizonte), RMC (RM Curitiba), RMF (RM Fortaleza), RMPA (RM Porto Alegre), RMR (RM Recife), RMRJ (RM Rio de Janeiro), RMS (RM Salvador), RMSP (RM São Paulo).

Considerando-se o grupo alimentos, houve, de fato, intensificação da demanda interna, proporcionada pelas condições favoráveis de emprego e renda e oferta de crédito. Externamente, a demanda foi estimulada pelo crescimento econômico de países emergentes, por choques de oferta e ainda pela competição para a produção de biocombustíveis. A esses fatores, soma-se a farta liquidez e baixos juros, especialmente nos Estados Unidos, que deslocaram uma onda de capitais especulativos que repercutiram fortemente nos preços das *commodities* agrícolas e energéticas via projeções nos mercados futuros. Esses capitais também invadiram países emergentes como o Brasil, atraídos pelo diferencial de juros.

A reação recente do Banco Central às pressões inflacionárias tem se focado na política monetária e, após as medidas de restrição creditícia do final de 2010, essencialmente em sucessivas elevações na taxa de juros - a Selic teve quatro aumentos consecutivos entre janeiro e maio de 2011, passando de 11,75% a 12,25%.

Essa política tem sido, entretanto, praticamente inócua na contenção dos preços, mas contundente na retração da atividade econômica.

A elevação dos juros visa desestimular a demanda e assim minimizar o descompasso entre a oferta. Há que se considerar, entretanto, que a pressão inflacionária recente tem outros componentes além da demanda. De acordo com Ferrari Filho & Modenesi,⁴⁸ a inflação brasileira tem atualmente sua principal causa nos choques internacionais de preços e, dessa forma, os aumentos de juros apenas impedem que os custos externos sejam repassados aos preços internos e potencializam a desaceleração econômica. O Banco Central, por outro lado, mostra-se otimista acerca da evolução da inflação; a ata da última reunião do Copom⁴⁹ considera já incorporados aos preços, os choques externos do primeiro trimestre.

O papel do câmbio como instrumento de controle inflacionário vem se esgotando face aos aumentos crescentes dos preços dos importados. Conforme dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex),⁵⁰ a variação do *quantum* importado foi similar ao aumento de preços no período acumulado de janeiro a abril de 2011 em relação ao mesmo quadrimestre em 2010 (12,7%). Entre janeiro e abril de 2010 comparativamente a janeiro a abril de 2009, a Funcex aponta aumento de 41,2% no *quantum* e de apenas 0,5% nos preços.

Ainda no ano passado, foram adotados outros mecanismos para conter a inflação. Com o crescimento econômico verificado em 2010 e a aceleração dos preços a partir do segundo semestre

⁴⁸ "Faz sentido controlar a inflação elevando a Selic?", edição de 21/06/2011 do *Valor Econômico*.

⁴⁹ Ata da 159ª Reunião do Copom publicada em junho de 2011. Disponível no sítio: <http://www.bcb.gov.br/?COPOM159>. Acesso em junho de 2011.

⁵⁰ Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), Boletim de Comércio Exterior, maio de 2011. Disponível no sítio: http://www.funcex.com.br/material/boletins/bolcomex/Bce_Maio2011.pdf. Acesso em junho de 2011.

daquele ano, foram retirados os estímulos fiscais e monetários providenciados para minimizar os efeitos da crise iniciada em 2008.

Medidas de restrição do crédito pessoal adotadas no final de 2010 - aumentos da alíquota dos compulsórios, elevação de juros e redução dos prazos de concessão - surtiram poucos efeitos. Sondagem preliminar da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) acerca do crédito pessoal apontou recuo do crescimento de 18% nas concessões realizadas no acumulado em doze meses até abril de 2011 para 16% nos dozes meses acumulados até maio. ⁵¹

Quanto à política fiscal, o governo federal anunciou corte orçamentário de R\$50 bilhões em 2011, em relação ao que havia sido aprovado para o exercício. Dados do Tesouro Nacional ⁵² referentes ao resultado fiscal do Governo Central registraram aumento nominal de 9,7% nas despesas entre janeiro e abril de 2011 comparativamente a janeiro-abril de 2010, um ritmo de expansão inferior ao do produto agregado nominal do primeiro trimestre (12,5%), ao da receita líquida total do Governo Central (16%), e ao da receita bruta da União com impostos (25,6%) no primeiro quadrimestre de 2011, em relação a idênticos períodos em 2010.

Alguns municípios mineiros têm seus próprios índices de preços, calculados por universidades e/ou institutos de pesquisa locais. A tabela a seguir apresenta a evolução de suas taxas de variação acumulada em 12 meses para o período de dezembro de 2009 a fevereiro de 2011.

⁵¹ Taxas de crescimento relativas a idênticos períodos imediatamente anteriores. Cf. *Valor Econômico*: "Aperto no crédito se intensifica", 27/06/2011.

⁵² Disponíveis no site: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estatistica/est_resultado.asp. Acesso em junho de 2011.

TABELA 2: TAXAS DE VARIAÇÃO ACUMULADA EM DOZES MESES DO ÍNDICE DE PREÇO AO CONSUMIDOR (IPC) (EM %) - BELO HORIZONTE, LAVRAS, MONTES CLAROS, UBERLÂNDIA E VIÇOSA - JANEIRO DE 2010/MAIO DE 2011

Fim de Período	Belo Horizonte (1)	Lavras (2)	Montes Claros (3)	Uberlândia (4)	Viçosa (5)
jan/10	5,4	0,1	6,3	4,4	6,5
fev/10	5,2	-0,9	6,4	5,4	6,3
mar/10	5,3	-0,8	6,8	5,2	6,7
abr/10	5,4	-1,2	7,1	4,9	5,5
mai/10	5,4	-1,6	7,1	4,6	6,2
jun/10	5,4	-2,2	7,2	4,0	5,4
jul/10	5,2	-1,6	6,7	4,0	5,8
ago/10	5,1	-1,8	6,4	3,8	6,0
set/10	5,4	-0,7	6,9	4,2	7,2
out/10	5,8	-0,1	7,6	4,7	9,9
nov/10	5,8	1,0	7,4	5,5	10,4
dez/10	5,7	1,4	8,1	5,5	10,0
jan/11	5,9	2,9	7,4	5,8	9,1
fev/11	6,1	3,7	7,8	5,0	10,0
mar/11	6,5	4,0	7,5	5,0	10,3
abr/11	7,0	5,4	7,6	5,7	10,6
mai/11	7,3	4,7	..	5,6	10,7

Fontes: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (IPEAD), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Departamento de Administração e Economia (DAE), Universidade Federal de Lavras (UFLA) - Departamento de Economia (DE), Universidade Federal de Viçosa (UFV) - Departamento de Economia (DE), Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) - Centro de Pesquisas Econômico-sociais (Cepes), Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

(1) Abrange famílias com renda de 1 a 40 salários mínimos. (2) Não distingue faixas de rendimento. (3) Abrange bens consumidos por famílias que recebem de um a seis salários mínimos. (4) Abrange bens consumidos por famílias com renda de um a oito salários mínimos. (5) Abrange bens consumidos por famílias na faixa de um a seis salários mínimos.

FINANÇAS PÚBLICAS

No ano primeiro trimestre de 2011 o volume de Receita arrecadada pelo governo de Minas Gerais atingiu a cifra de R\$ 12,2 bilhões. Esse valor foi 15,3% superior ao mesmo período do ano anterior, em termos nominais, uma vez que o montante no primeiro trimestre de 2010 havia sido de R\$ 10,6 bilhões. A Tabela 1 sintetiza os resultados.

TABELA 1 - RECEITA ORÇAMENTÁRIA (EM R\$ MILHÕES) - GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - 1º TRIMESTRE DE 2011/1º TRIMESTRE DE 2010 E TAXA ANUALIZADA ⁵³

Classificação da Receita	A	B	C	D	Taxa anualiz.	Taxa trim.
					B/A	D/C
Receita Orçamentária	39.955,40	46.714,20	10.610,73	12.239,15	16,9	15,3
Receitas Correntes	42.504,02	49.221,66	11.587,1	13.307,8	15,8	14,9
Tributárias	27.921,77	33.007,04	8.270,0	9.531,6	18,2	15,3
IPVA	2.301,68	2.542,82	1.727,8	1.982,1	10,5	14,7
ICMS	22.841,00	27.134,13	5.787,06	6.649,04	18,8	14,9
Outras Rec. Tributárias	2.779,09	3.330,09	755,18	900,42	19,8	19,2
Transferências da União	4.788,89	5.472,50	1.242,3	1.415,1	14,3	13,9
Tr. Multigovernamentais	4.037,81	4.644,21	1.109,0	1.284,8	15,0	15,8
Deduções da Receita Corrente	(4.255,06)	(5.135,16)	(1.186,0)	(1.401,8)	20,7	18,2
Receitas de Capital	1.706,45	2.627,70	209,7	333,1	54,0	58,9
Operações de Crédito	926,59	1.662,72	1,8	66,1	79,4	3.489,5
Alienação de Bens	24,85	57,72	0,7	24,9	132,2	3.235,8
Amort. de Empréstimos	460,33	546,26	105,9	145,5	18,7	37,3
Transferências de Capital	290,31	360,43	101,1	96,6	24,2	-4,5
Outras Receitas de Capital	4,37	0,57	-	-	-86,9	0,0

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG), Superintendência Central de Contadoria Geral (SCCG)

(A) Acumulado entre o 2º trimestre de 2009 e o 1º trimestre de 2010

(B) Acumulado entre o 2º trimestre de 2010 e o 1º trimestre de 2011

(C) 1º trimestre de 2010

(D) 1º trimestre de 2011

Na comparação dos últimos 12 meses com os 12 meses imediatamente anteriores houve acréscimo nominal de 16,9%. Destaque para a expansão da arrecadação de ICMS: 18,8%. Levando em consideração uma inflação anualizada de aproximadamente 6,5% ⁵⁴, o crescimento real teria sido superior a 12%. Como a atividade econômica medida pelo PIB em Minas Gerais apresentou expansão de 9% no período, evidencia-se o bom desempenho dessa fonte de receita. Pode-se explicar tal resultado em função da composição da arrecadação de ICMS por setor econômico, onde a indústria

⁵³ Compara os últimos doze meses com idêntico período imediatamente anterior.

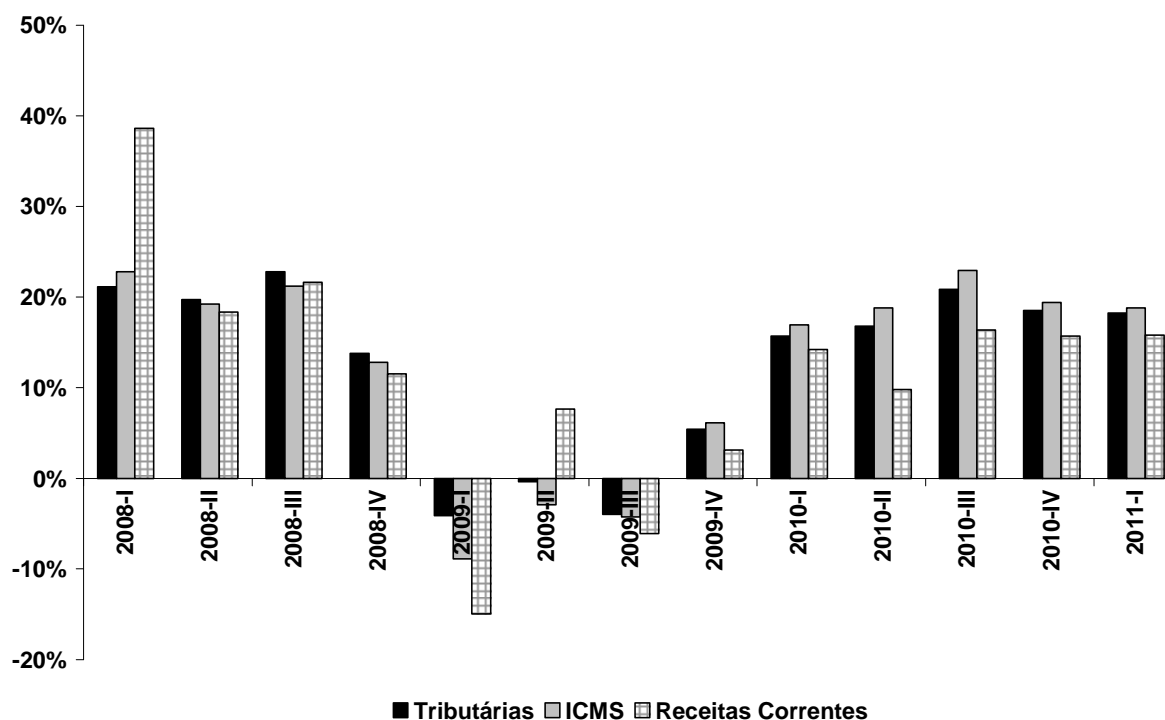
⁵⁴ IPCA da RMBH acumulado

representa cerca de 53% do total. Dessa forma, depreende-se que o dinamismo da atividade industrial contribuiu efetivamente para impulsionar o resultado.

Principal fonte de recursos do tesouro estadual, o ICMS representou 54,3% da receita total no 1º trimestre de 2011. Ao longo do ano de 2010 esse imposto representou 58,2%. A menor participação do ICMS no primeiro trimestre pode ser explicada pelo aumento da participação da arrecadação de IPVA no período: 16% nos 3 primeiros meses de 2011 e 5% no total de 2010.

O Gráfico 1 apresenta a evolução da expansão do trimestre contra o mesmo período do ano anterior para os indicadores: Receita Corrente, Receita Tributária e ICMS.

GRÁFICO 1 - VARIAÇÃO (EM %), TRIMESTRE EM RELAÇÃO AO MESMO TRIMESTRE NO ANO ANTERIOR, DO TOTAL DE RECEITAS CORRENTES, RECEITAS TRIBUTÁRIAS, E ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (ICMS) - GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG), Superintendência Central de Contadoria Geral (SCCG)

O Gráfico mostra que a taxa de crescimento trimestral nominal da arrecadação de ICMS esteve próxima de 20% no ano de 2010 e nos três primeiros trimestres de 2008.

Para o ano de 2011 o governo de Minas prevê uma arrecadação de ICMS superior a R\$ 28 bilhões.⁵⁵ Tal valor representaria um acréscimo de 6,5% em relação ao obtido em 2010.

A Despesa realizada pelo governo de Minas Gerais no 1º trimestre de 2011 foi de R\$ 8,5 bilhões, o que representou decréscimo de 2,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Na comparação anualizada, houve expansão nominal de 11,3%, portanto 5,6 pontos percentuais menos que o incremento da receita total no mesmo período, que foi de 16,9%. Tais comparações sinalizam que o comportamento das despesas vem se mostrando compatível com a capacidade de geração de receitas. A Tabela 2 apresenta uma síntese da Despesa realizada em Minas Gerais, por categoria econômica.

TABELA 2 - DESPESA REALIZADA (EM MILHÕES) - GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - 1º TRIMESTRE DE 2011/1º TRIMESTRE DE 2010 E TAXA ANUALIZADA

Classificação da Despesa	A	B	C	D	B/A	D/C
Despesa Realizada	39.624,5	44.085,2	8.759,1	8.523,1	11,3	-2,7
Despesas Correntes	33.506,5	38.219,0	8.002,6	7.977,0	14,1	-0,3
Pessoal e Encargos da Dívida	16.347,4	18.864,4	3.969,8	3.913,7	15,4	-1,4
Juros e Amortizações	2.163,6	2.332,4	534,7	624,4	7,8	16,8
Outras Despesas Correntes	14.995,5	17.022,1	3.498,1	3.438,9	13,5	-1,7
Despesas de Capital	6.118,0	5.866,2	756,5	546,1	-4,1	-27,8
Investimentos	3.760,8	3.690,3	390,1	86,8	-1,9	-77,7
Inversões Financeiras	1.235,4	888,5	110,9	153,8	-28,1	38,6
Amortização da Dívida	1.121,8	1.287,4	255,4	305,6	14,8	19,6

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG), Superintendência Central de Contadoria Geral (SCCG)
 (A) Acumulado entre o 2º trimestre de 2009 e o 1º trimestre de 2010
 (B) Acumulado entre o 2º trimestre de 2010 e o 1º trimestre de 2011
 (C) 1º trimestre de 2010
 (D) 1º trimestre de 2011

No que se refere ao cumprimento da Lei Complementar 101/2000⁵⁶, constata-se que os gastos com pessoal no poder executivo atingiram 46,5%⁵⁷ da Receita Corrente Líquida no 1º quadrimestre de 2011. O referido percentual havia atingido 48,6% no último quadrimestre de 2010. Dessa forma, houve melhora no comportamento do indicador no período.⁵⁸

⁵⁵ Disponível no sítio: <http://www.planejamento.mg.gov.br/governo/planejamento/orcamento/orcamento.asp>. Acesso em junho de 2011.

⁵⁶ Lei de Responsabilidade fiscal

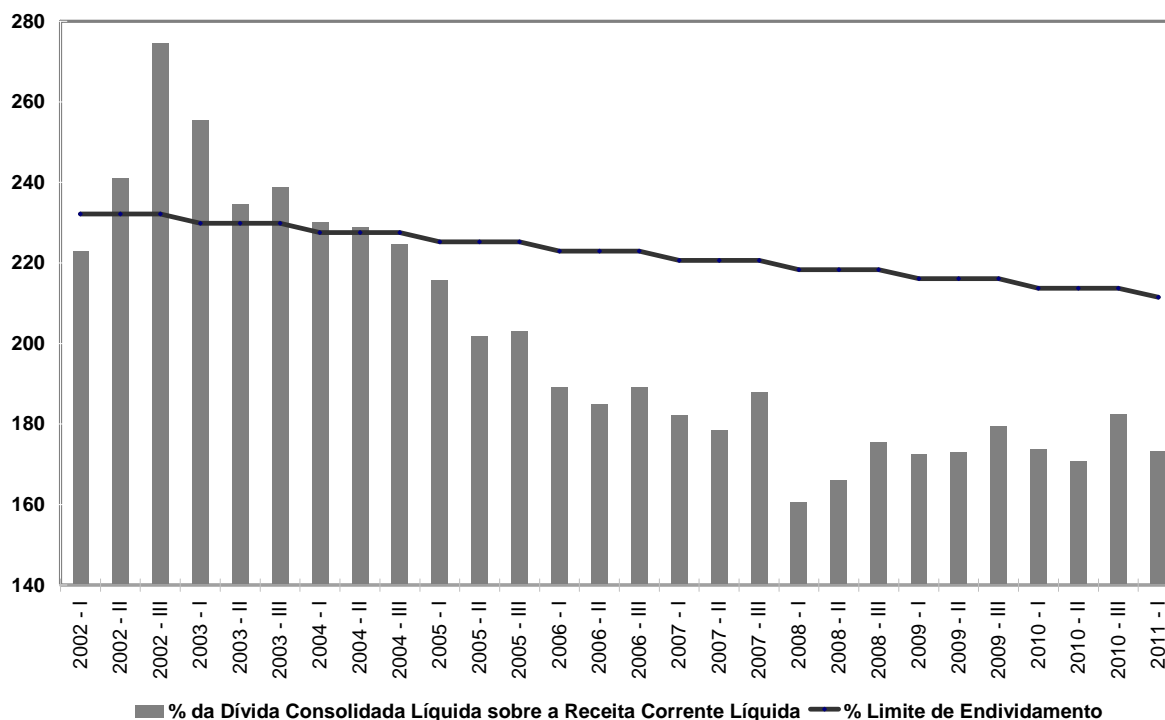
⁵⁷ Disponível no sítio: http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/gestaofiscal/ano2011/1quadrimestre2011.pdf. Acesso em junho de 2011.

⁵⁸ Recomenda-se que os gastos com pessoal não ultrapassem o limite prudencial de 46,55% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme Artigo 22 da Lei Complementar 101/2000.

A dívida consolidada do Governo de Minas Gerais atingiu R\$ 60,2 bilhões no 1º quadrimestre de 2011.⁵⁹ O valor foi 0,38% inferior ao observado no quadrimestre anterior, quando a cifra havia atingido R\$ 60,4 bilhões.

Segundo os parâmetros impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Dívida Corrente Líquida deve atingir no máximo 200% da Receita Corrente Líquida no ano de 2016. A Secretaria de Estado da Fazenda de Minas vêm acompanhando a evolução do indicador, conforme Gráfico 2.

GRÁFICO 2 - RAZÃO ENTRE DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA E RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (EM %) - GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - 1º TRIMESTRE DE 2002/1º TRIMESTRE DE 2011



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG)

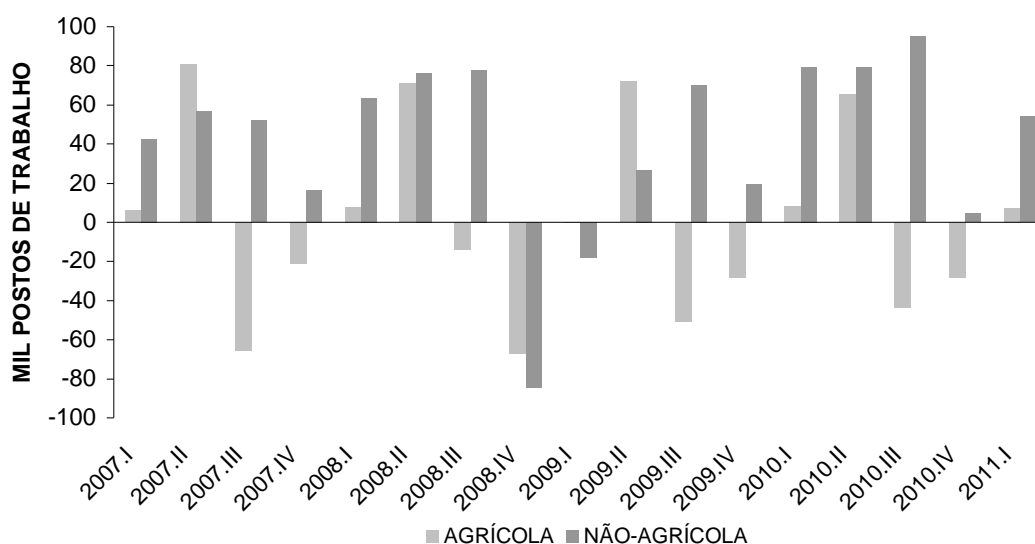
O Gráfico 2 mostra que desde o 3º trimestre de 2004 a Dívida Consolidada Líquida apresenta-se inferior à meta estabelecida pela legislação. Dessa época até o final de 2007 observou-se uma trajetória de queda. Sob a perspectiva dos objetivos elencados na LRF, os indícios são de que o endividamento encontra-se sob controle.

⁵⁹ Disponível no sítio: http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/gestaofiscal/ano2011/1quadrimestre2011.pdf. Acesso em junho de 2011.

EMPREGO, DESEMPREGO, E RENDIMENTOS DO TRABALHO

As informações relativas à geração líquida de postos de trabalho formais, na economia estadual como no plano nacional, indicam a existência de certa defasagem entre o desempenho do nível de atividade econômica - resultante das decisões de produção das empresas - e o desempenho do mercado de trabalho (Gráfico 1). Assim, à desaceleração do crescimento econômico corresponde certa moderação do ritmo de criação de empregos.

GRÁFICO 1 - VARIAÇÃO NO ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS (MIL POSTOS DE TRABALHO), POR SETORES DE ATIVIDADE - MINAS GERAIS - 1º TRIMESTRE DE 2007/1º TRIMESTRE DE 2011



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) ⁶⁰

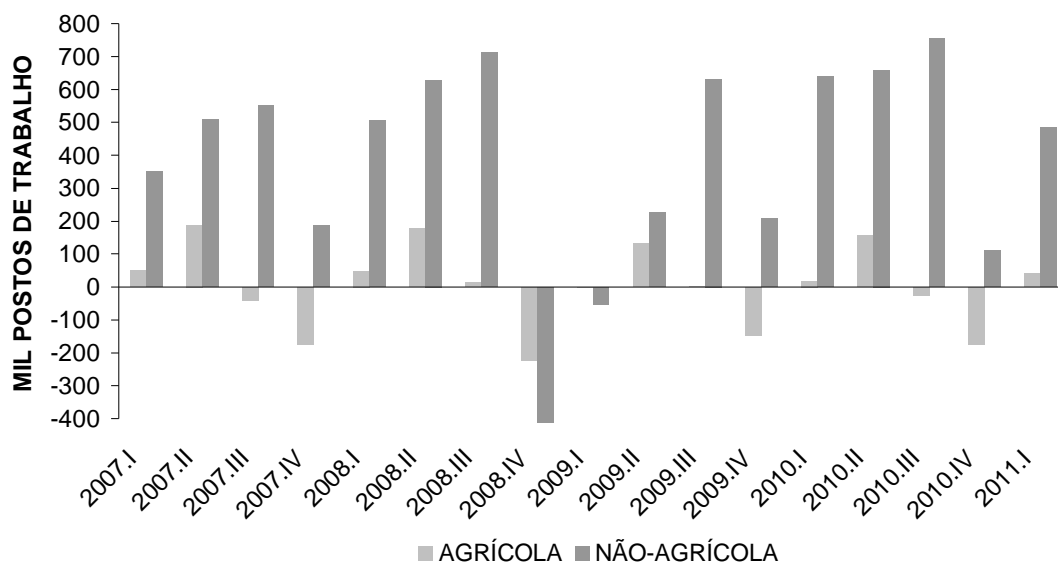
Com relação à criação de novos postos de trabalho em Minas Gerais, a análise dos dados descritos neste Gráfico indica: 1) autonomia na dinâmica sazonal e na tendência de geração de empregos nas atividades agrícolas, em relação à indústria, ao comércio e aos serviços; 2) reprodução do desempenho recente na variação do estoque de empregos formais na agricultura: tanto no quarto trimestre de 2010 quanto no quarto trimestre de 2009, foram extintos 28 mil vínculos no estado; no primeiro trimestre de 2011 foram restabelecidos 7 mil vínculos (no primeiro trimestre do ano passado, haviam sido criados 8 mil vínculos adicionais); 3) moderação no ritmo de

⁶⁰ Disponível no site: <http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp>. Acesso em junho de 2011.

expansão dos postos de trabalho não-agrícolas: de 20 mil postos adicionais no quarto trimestre de 2009 para 4 mil no último trimestre do ano passado; e de 80 mil postos de trabalho formalizados no primeiro trimestre de 2010 para 54 mil neste primeiro trimestre de 2011.

Na economia brasileira (Gráfico 2), a direção da movimentação no mercado de trabalho foi muito semelhante ao padrão descrito para a evolução recente em Minas Gerais, embora a escala em que se observou esta movimentação tenha sido diferente, inclusive em termos relativos (participação da contratação de mão-de-obra no campo, em relação ao emprego nas cidades).

GRÁFICO 2 - VARIAÇÃO NO ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS, POR SETORES DE ATIVIDADE - BRASIL - 1º TRIMESTRE DE 2007/1º TRIMESTRE DE 2011



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

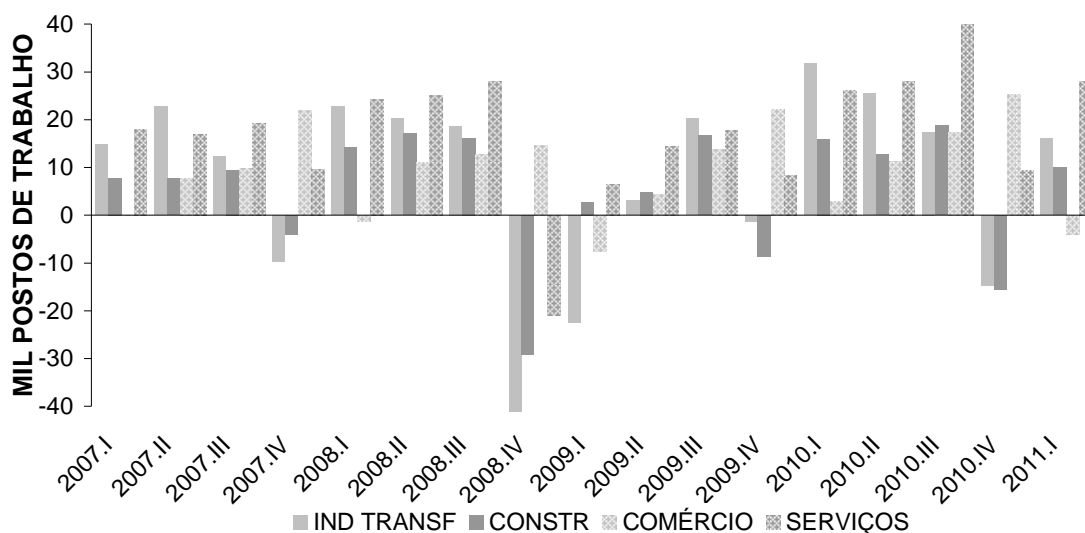
Da virada de ano 2009/2010 para 2010/2011, destacou-se no setor agrícola nacional o aumento da rotatividade da mão-de-obra: da destruição líquida de 145 mil postos de trabalho no último trimestre de 2009 seguida pela recontração de 18 mil postos no primeiro trimestre de 2010, houve no quarto trimestre do ano passado a destruição líquida de 175 mil postos de trabalho seguida pela recontração de 41 mil neste primeiro trimestre de 2011.

Nas ocupações não-agrícolas, a expansão recente é destacadamente inferior à de um ano atrás: de 208 mil postos de trabalho adicionais no último trimestre de 2009 para 110 mil no mesmo

período em 2010; e de 639 mil no primeiro trimestre de 2010 para 485 mil neste primeiro trimestre de 2011.

Dentre os grandes setores de atividade em Minas Gerais (Gráfico 3), apenas nos serviços houve manutenção do ritmo de criação de empregos formais: de 8 mil postos de trabalho no quarto trimestre de 2009 para 9 mil no mesmo período em 2010; e de 26 mil vínculos celetistas ⁶¹ adicionais no primeiro trimestre do ano passado para 28 mil no mesmo período neste ano.

GRÁFICO 3 - VARIAÇÃO NO ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS, POR SETORES DE ATIVIDADE SELECIONADOS - MINAS GERAIS - 1º TRIMESTRE DE 2007/1º TRIMESTRE DE 2011



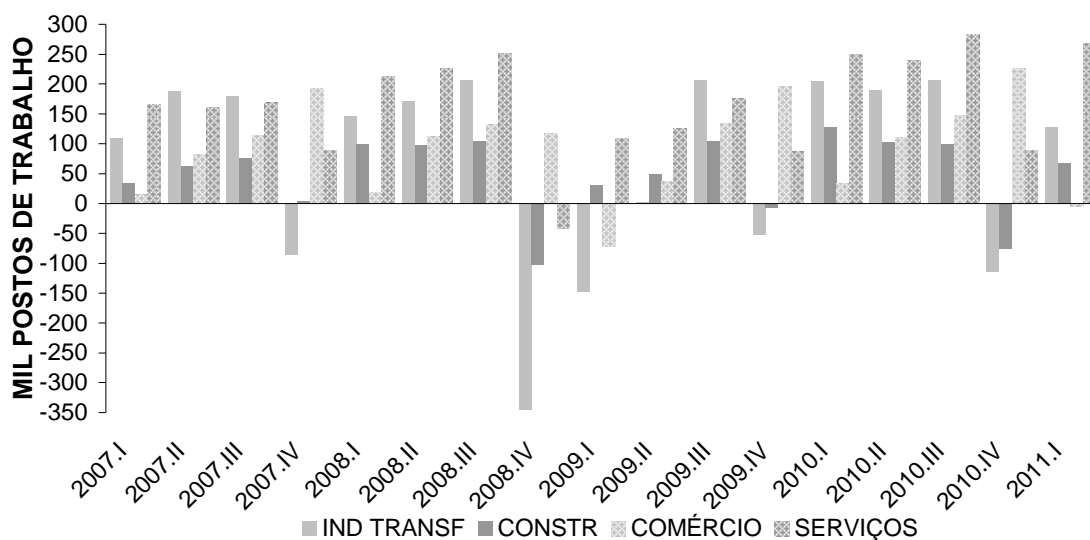
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

No comércio, o melhor desempenho no quarto trimestre de 2010 (criação líquida de 25 mil postos de trabalho formais) em relação ao mesmo período de 2009 (22 mil postos de trabalho adicionais) foi revertido neste primeiro trimestre de 2011 (4 mil desligamentos líquidos) em relação ao mesmo período no ano passado (criação líquida de 3 mil postos de trabalho).

⁶¹ No caso do Caged, somente é captada a variação do emprego celetista na administração pública, e este representa uma proporção relativamente pequena da ocupação no setor. Além disso, a lógica da contratação e demissão na administração pública segue uma menor correspondência com a evolução da conjuntura econômica. Por estes motivos, optou-se na análise sobre o nível de emprego formal, excluir a variação de postos de trabalho da administração pública da agregação de serviços. Adicionalmente, pela importância do comércio como um setor isolado na geração de empregos, decidiu-se apresentar os seus resultados separadamente das demais atividades de serviços.

Na indústria de transformação e na construção civil, confirmou-se a perda de dinamismo identificada ao final do ano passado: da perda líquida de, respectivamente, 1 mil e 9 mil postos de trabalho no quarto trimestre de 2009 para a destruição de 15 mil e 16 mil vínculos no mesmo período de 2010; e da geração de, respectivamente 32 mil e 16 mil postos de trabalho no primeiro trimestre de 2010 para 16 mil e 10 mil neste primeiro trimestre de 2011.

GRÁFICO 4 - VARIAÇÃO NO ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS, POR SETORES DE ATIVIDADE SELECIONADOS - BRASIL - 1º TRIMESTRE DE 2007/1º TRIMESTRE DE 2011



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

No Brasil, o mesmo padrão setorial no ritmo de desaceleração da geração de empregos é observado, com diferenças em comparação à dinâmica estadual definidas apenas em termos de intensidades relativas. Assim, em primeiro lugar se destaca a manutenção do ritmo de expansão do emprego formal no conjunto de atividades dos serviços privados (excluído o comércio): se no quarto trimestre de 2009 haviam sido criados 89 mil postos de trabalho no setor, no quarto trimestre de 2010 foram 90 mil; se no primeiro trimestre do ano passado haviam se adicionados 250 mil contratos de trabalho registrados, no primeiro trimestre deste ano foram 268 mil. (Gráfico 4)

No comércio varejista e atacadista, o saldo líquido da criação de empregos formais também se manteve praticamente inalterado, com a diferença que na experiência mais recente houve aumento no número absoluto tanto das contratações quanto dos desligamentos. Se no quarto trimestre de 2009, o saldo líquido da criação de empregos foi positivo em 196 mil postos de trabalho

em todo o Brasil, no mesmo período em 2010, este foi positivo em 227 mil postos de trabalho; no entanto, à variação positiva de 33 mil postos de trabalho criados no primeiro trimestre do ano passado, correspondeu a perda líquida de 5 mil empregos no primeiro trimestre deste ano.

Na indústria da transformação e na construção civil, entretanto, as estatísticas do Caged/PDET/MTE indicam forte desaceleração do ritmo de crescimento do emprego: no quarto trimestre de 2010, os desligamentos líquidos no Brasil totalizaram, respectivamente, 115 mil e 76 mil; no quarto trimestre de 2009, tinham sido bem menores, 52 mil e 7 mil, respectivamente. No primeiro trimestre de 2010 e de 2011, quando contratações líquidas são retomadas, a escala da recontração em 2011 foi muito inferior à do ano anterior: de 204 mil para 128 mil na indústria de transformação, e de 128 mil para 67 mil na indústria da construção civil.

Aspectos relativos à evolução qualitativa da ocupação da força de trabalho, para uma adequada avaliação, requerem informações sobre as relações de trabalho informais, sobre o desemprego e a “área cinzenta” que existe entre o desemprego e o trabalho precário, por um lado, e o desemprego e a inatividade, por outro lado. Somente pesquisas domiciliares podem ajudar o pesquisador a alcançar relativa compreensão sobre a dinâmica destes fenômenos.

Para Minas Gerais, felizmente, se dispõe das informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), a qual, embora restrita aos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), permite comparação direta com levantamentos que utilizam a mesma metodologia nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife, Salvador, São Paulo e Porto Alegre - além do Distrito Federal (Sistema PED).

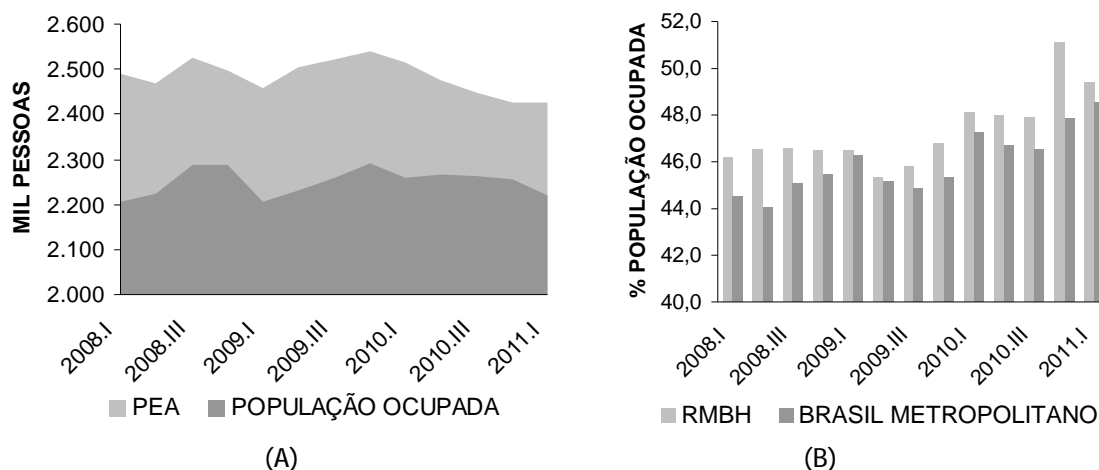
Especificamente na RMBH, a evolução recente do nível ocupacional não tem sido favorável, conforme assinalado em edições anteriores deste boletim.

Este primeiro trimestre de 2011 foi o terceiro consecutivo em que se retraiu o número de indivíduos ocupados nos municípios da região metropolitana, de 2,254 milhões no último trimestre do ano passado para 2,219 milhões, uma perda estimada, portanto, na de 35 mil ocupações.

Como a população ocupada na RMBH havia sido estimada em 2,258 milhões no primeiro trimestre de 2010, vê-se que a quase totalidade das 39 mil ocupações perdidas no período acumulado até o primeiro trimestre de 2011 concentrou-se nos últimos meses.

Além disso, a retração da população economicamente ativa (PEA) na RMBH, que teve início em princípios do ano passado, finalmente cessou. Do último trimestre de 2010 para o primeiro trimestre de 2011, esta se manteve praticamente inalterada. (Gráfico 5-A)

GRÁFICO 5 - (A) POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA E OCUPADA - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - (B) PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA, EMPREGADA NO SETOR PRIVADO COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA - 1º TRIMESTRE DE 2008/1º TRIMESTRE DE 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI); Convênio Seade-Dieese/MTE-FAT e Convênios Regionais; Convênio FJP/Dieese/Seade/SETE-MG ⁶²

Por implicação do movimento conjunto da população ocupada e da população economicamente ativa, sobreveio expressivo aumento na estimativa da população desempregada, residente nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, de 172 mil pessoas no quarto trimestre do ano passado para 206 mil neste primeiro trimestre de 2011 - crescimento, em termos proporcionais, de aproximadamente 20%, explicado apenas parcialmente pelo efeito sazonal típico do primeiro trimestre. ⁶³

Uma rápida inspeção visual do Gráfico 5-A permite também constatar que, se o número total de pessoas desempregadas na RMBH no primeiro trimestre de 2011 ainda se encontra ligeiramente abaixo do observado no primeiro trimestre de 2010, este resultado é integralmente explicado pela contração da população economicamente ativa da região, *a despeito* da diminuição na quantidade total da população ocupada ocorrida no período.

Também deve ser enfatizado que a elevação do nível ocupacional na RMBH ao longo de 2009 foi acompanhada por significativa mudança em sua composição, com aumento da participação relativa dos empregos gerados no setor privado com carteira assinada; e que sua posterior

⁶² Brasil Metropolitano no Sistema PED: Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre e o Distrito Federal. Informações disponíveis nos sítios: <http://www.dieese.org.br/ped/metropolitana.xml> e <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/servicos/81-servicos-cei/59-pesquisa-de-emprego-e-desemprego-na-regiao-metropolitana-de-belo-horizonte> e. Acesso em junho de 2011.

⁶³ Do quarto trimestre de 2009 para o primeiro trimestre de 2010, o número total de pessoas desempregadas na RMBH se havia acrescido em 8 mil (de 249 mil para 257 mil) indivíduos.

estagnação, ao longo de 2010, coincidiu com a estabilização desta proporção - à exceção do quarto trimestre, quando ocorreu uma troca de posições entre trabalhadores autônomos e empregados sem carteira por contratos formalizados de curta duração, boa parte dos quais extintos no primeiro trimestre de 2011. (Gráfico 5-B)

No conjunto de regiões metropolitanas cobertas pelo Sistema PED,⁶⁴ o número total de pessoas desempregadas foi acrescido em 218 mil indivíduos, de 2,234 milhões no último trimestre do ano passado para 2,452 milhões no primeiro trimestre deste ano - um crescimento proporcional de aproximadamente 10%, neste caso devido em grande parte a fatores sazonais (do quarto trimestre de 2009 para o primeiro trimestre de 2010, o contingente de pessoas desempregadas nas áreas metropolitanas do Sistema PED havia se expandido em 243 mil indivíduos).

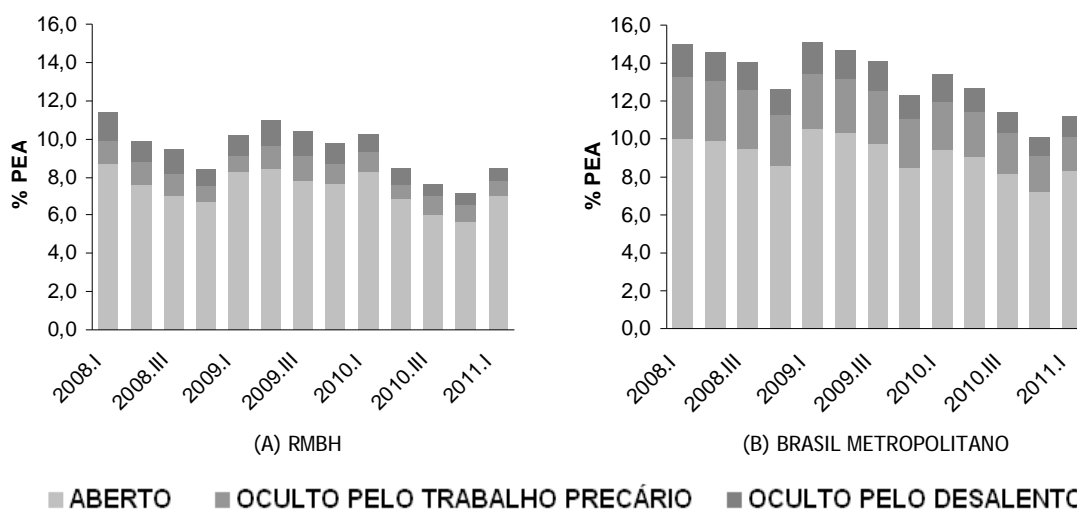
Na comparação com os resultados da pesquisa no primeiro trimestre do ano passado, chamam atenção dois movimentos: 1) a desmobilização da população com disponibilidade e necessidade de participar do mercado de trabalho, em nível nacional, somente teve início no período mais recente, e ocorre, portanto, de forma defasada em relação ao observado na Região Metropolitana de Belo Horizonte - a população economicamente ativa no conjunto de regiões metropolitanas do Sistema PED prosseguiu sua expansão ao longo de 2010, e somente foi interrompida pela retração registrada neste primeiro trimestre de 2011 -, seu patamar atual (21,907 milhões de indivíduos) é praticamente idêntico ao observado no primeiro trimestre de 2010 (21,912 milhões de indivíduos); 2) ao contrário do ocorrido na RMBH, o nível ocupacional verificado no conjunto das regiões metropolitanas do Sistema PED, embora se tenha retraído neste primeiro trimestre de 2011 (como é usual nesta época do ano) ainda se encontra substantivamente acima do registrado no primeiro trimestre de 2010, em simultâneo ao contínuo aumento da proporção de ocupados na posição de empregados assalariados no setor privado com carteira assinada.

Em linhas gerais, estas observações permitem avançar as seguintes hipóteses: na RMBH, o total de pessoas desempregadas ainda se encontra relativamente baixo (em comparação à história recente) porque parte de sua população reagiu à contração do espaço ocupacional retirando-se do mercado de trabalho; no conjunto das regiões metropolitanas cobertas pelo Sistema PED, o contínuo alargamento do espaço ocupacional (ao menos, até o final do ano passado) preservou as expectativas de empregabilidade de parte da população usualmente marginalizada (em termos de competências e credenciais adquiridas, experiência de trabalho, origem socioeconômica, etc.) no que diz respeito às suas chances de inserção produtiva na sociedade, e assim traduziu-se em redução prolongada do total de pessoas desempregadas - num ambiente de relativa manutenção da inclusão social e econômica recentemente conquistada por parcelas desta população.

⁶⁴ Informações disponíveis no sítio: <http://www.dieese.org.br/ped/metropolitana.xml>. Acesso em junho de 2011.

No que diz respeito à escala e à composição do desemprego metropolitano em Minas e no Brasil (Gráfico 6), cabe indagar se estas hipóteses guardam correspondência com a evolução observada no período recente.

GRÁFICO 6 - TAXAS DE DESEMPREGO, POR TIPO - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) E CONJUNTO DE REGIÕES METROPOLITANAS DO SISTEMA PED (BRASIL METROPOLITANO) - 1º TRIMESTRE DE 2008/1º TRIMESTRE DE 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI); Convênio Seade-Dieese/MTE-FAT e Convênios Regionais; Convênio FJP/Dieese/Seade/SETE-MG. ⁶⁵

A série de valores das taxas de desemprego aberto, oculto pelo trabalho precário, e oculto pelo desalento ⁶⁶ no período que inicia no primeiro trimestre de 2008 e encerra no primeiro trimestre de 2011, para a RMBH e o conjunto de regiões metropolitanas do Sistema PED, parece indicar que sim.

A taxa de desemprego aberto na RMBH apresenta correspondência com a entrada e saída de trabalhadores na força de trabalho ativa, com retrações mais significativas exatamente quando a população economicamente ativa também contraía.

⁶⁵ Brasil Metropolitano no Sistema PED: Regiões Metropolitanas de Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre e o Distrito Federal. Informações disponíveis nos sítios: <http://www.dieese.org.br/ped/metropolitana.xml> e <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/servicos/81-servicos-cei/59-pesquisa-de-emprego-e-desemprego-na-regiao-metropolitana-de-belo-horizonte>. Acesso em junho de 2011.

⁶⁶ O total de pessoas desempregadas corresponde, nesta metodologia, à soma dos indivíduos que se encontram numa das seguintes situações: a) Desemprego Aberto: pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias; b) Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário: pessoas que realizam de forma irregular algum trabalho remunerado (ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes) e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás; c) Desemprego Oculto pelo Desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente trabalho nos últimos 12 meses.

Ao longo de 2009, quando houve aumento da taxa de participação no mercado de trabalho metropolitano de Belo Horizonte, verificou-se certa resistência à queda do desemprego aberto mesmo com a recuperação do nível ocupacional ao patamar pré-crise.

Já neste primeiro trimestre de 2011, a interrupção da saída de trabalhadores da força de trabalho ativo, combinada com perda de ocupações concentradas entre empregados assalariados no setor privado com carteira assinada, implicou aumento da taxa de desemprego aberto para 7,0% da PEA (ante 8,3% no primeiro trimestre de 2009 e de 2010).

O fato de que a taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário ter-se mantido relativamente estabilizada em torno de 1% da PEA no ciclo econômico recente da RMBH permite múltiplas interpretações: por um lado, isto constitui indício de que grande parte dos trabalhadores que perderam suas ocupações recentemente se encontrava relativamente protegida, seja pela formalização de sua relação de trabalho e acesso aos benefícios do seguro-desemprego, seja pela recomposição da renda domiciliar com a integração de membros da família normalmente excluídos do mercado de trabalho em posições produtivas; por outro lado, parece indicar a existência de um “núcleo duro” de ocupações extremamente informais, precárias, e marginalizadas, que requerem ações generosas e criativas por parte dos formuladores de políticas públicas para sua regularização e inclusão social.

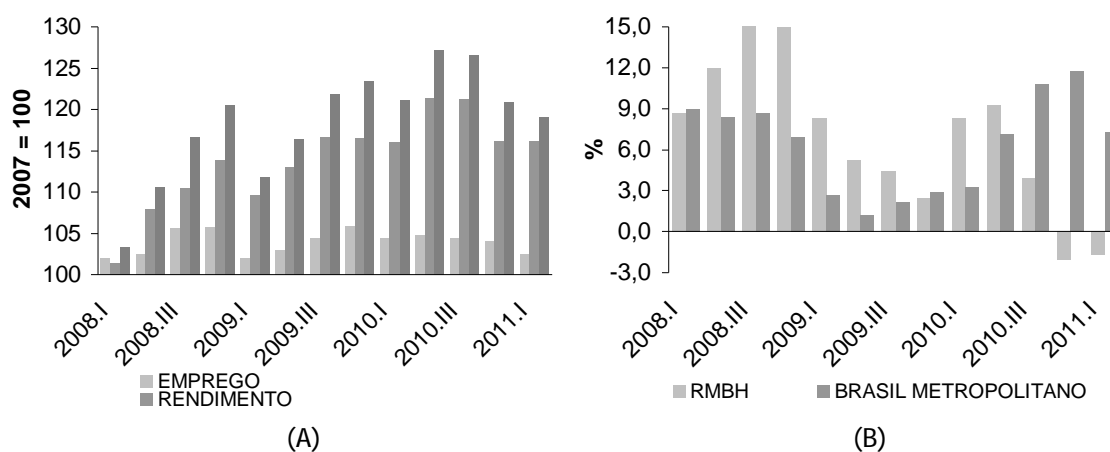
No conjunto das regiões metropolitanas cobertas pelo Sistema PED, a taxa de desemprego aberto foi reduzida mesmo com o aumento da participação no mercado de trabalho, uma vez que a expansão do nível ocupacional superou com folga o aumento da população economicamente ativa; embora seu patamar seja significativamente superior ao registrado na RMBH, sua retração nos dois últimos anos foi muito mais acentuada: de 10,5% da PEA no primeiro trimestre de 2009 (quando se concentraram os efeitos negativos da crise econômica internacional sobre o mercado de trabalho brasileiro) para 9,4% no primeiro trimestre de 2010 e 8,3% neste primeiro trimestre de 2011.

A taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário, por sua vez, também respondeu favoravelmente à geração de postos de trabalho, com redução de 2,9% no primeiro trimestre de 2009 para 2,5% no primeiro trimestre de 2010 e 1,8% neste primeiro trimestre de 2011 (o que, talvez, seja uma indicação de que ainda há muito espaço, especialmente onde o mercado de trabalho é menos estruturado, para sua redução através do próprio crescimento da economia).

A taxa de desemprego oculto pelo desalento, na RMBH e no conjunto das regiões metropolitanas cobertas pelo Sistema PED, vem se reduzindo continuamente para patamares abaixo ou próximos de 1% da PEA, o que também pode ser tomado como evidência de que parte dos problemas sociais criados pelo desemprego de longo prazo - relacionados ao desencorajamento dos trabalhadores e à discriminação dos empregadores - pôde ser equacionada com a retomada do

crescimento econômico, mas que subjaz um “núcleo duro” na população desencorajada que precisa ser atacado com políticas públicas de inclusão social apropriadas.

GRÁFICO 7 - (A) ÍNDICES TRIMESTRAIS DO EMPREGO, DO RENDIMENTO MÉDIO REAL E DA MASSA DE RENDIMENTOS REAIS DOS OCUPADOS (BASE: 2007 = 100) - REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH) - (B) VARIAÇÃO PERCENTUAL DA MASSA TRIMESTRAL DE RENDIMENTOS REAIS DOS OCUPADOS (BASE: MESMO TRIMESTRE NO ANO ANTERIOR) - RMBH E CONJUNTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO SISTEMA PED - 1º TRIMESTRE DE 2008/1º TRIMESTRE DE 2011



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI); Convênio FJP/Dieese/Seade/SETE-MG

Interpretados em conjunto, estes resultados indicam que a melhoria quantitativa e qualitativa da inserção produtiva da força de trabalho metropolitana no Brasil, observada no passado recente, parece estar próxima de se esgotar - caso o ritmo de crescimento econômico em caia abaixo de 4% a.a.

Enquanto a ocupação da força de trabalho na RMBH apresentou rápida recuperação em 2009 e estagnação ao longo de 2010, o rendimento real médio da população ocupada seguia trajetória semelhante, com alguma defasagem. (Gráfico 7-A)

De fato, já no 3º trimestre de 2009, o índice trimestral tanto do rendimento médio real dos ocupados quanto do número de indivíduos ocupados na RMBH superavam o patamar observado antes que os efeitos da crise internacional se fizessem sentir no mercado de trabalho metropolitano.⁶⁷

⁶⁷ Tendo atingido, então, respectivamente, patamares de 16,7% e 5,9% acima da média observada no ano de 2007.

Neste período da recuperação econômica, a massa de rendimentos reais da população ocupada na RMBH retornou ao volume pré-crise rapidamente, com sua dinâmica determinada pela expansão combinada do nível ocupacional e do rendimento médio.

Após este período, entretanto, o nível de emprego estagnou, e a subsequente evolução da massa de rendimentos reais da população ocupada na RMBH passou a ser determinada prioritariamente pelo comportamento do rendimento real médio.

Este ainda experimentou melhoria no segundo trimestre do ano passado, quando os efeitos da elevação real do salário mínimo e das renegociações coletivas de categorias importantes de trabalhadores sindicalizados se fizeram sentir.

Infelizmente, após estas conquistas, ⁶⁸ o volume da massa de rendimentos reais da população ocupada na RMBH retraiu por dois semestres consecutivos. (Gráfico 7-B)

A evolução da massa de rendimentos reais da população ocupada na RMBH reflete a combinação dos efeitos oriundos da evolução do nível de emprego e do nível do rendimento médio dos trabalhadores.

Assim, alcançou o patamar mais elevado de toda a série no 2º e 3º trimestres do ano passado (pouco mais de 25% acima da média de 2007), mas já se retraiu nos dois trimestres seguintes, trazendo mais uma indicação de que a recuperação econômica - no Estado e no país - pode ser interrompida.

⁶⁸ No seu momento de melhor resultado, no segundo trimestre do ano passado, o índice trimestral da massa de rendimentos reais da população ocupada na RMBH atingiu um volume 27,9% superior à média observada no ano de 2007. Vale notar que este resultado não é corroborado pelos dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME), relativos à RMBH, que utiliza uma metodologia diferente no que diz respeito à classificação da situação ocupacional dos entrevistados.

NOTA TÉCNICA

A EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS EM MINAS GERAIS

Reinaldo Carvalho de Moraes
reinaldo.morais@fjp.mg.gov.br

INTRODUÇÃO

O tema finanças públicas apresenta-se como de grande importância para a economia nacional, sob o ponto de vista da união, estados e municípios. Várias são as discussões acerca das melhores formas de tributação, bem como da alocação do gasto público.

A importância do estudo das finanças públicas passa por várias dimensões, dentre elas: aumento da demanda por serviços públicos como consequência do processo de urbanização; necessidade de otimização do gasto público; compatibilidade entre distribuição de receitas junto aos entes federativos versus competências dos mesmos; além da questão do equilíbrio fiscal, fundamental para o controle inflacionário.

A presente nota técnica tem como objetivo apresentar um resumo das finanças públicas do governo de Minas Gerais entre 1995 e 2010. Para isso foi desenvolvida uma análise exploratória de dados contemplando alguns aspectos relativos às receitas e despesas públicas no referido período. O critério de escolha dos anos analisados se deu principalmente devido a dois fatores: a estabilidade da moeda a partir de meados da década de 90 e a disponibilidade de dados.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

A década de 90 foi marcada pela busca do ajuste fiscal da união e dos estados. Dentre os principais aspectos das finanças públicas estaduais e nacionais, pode-se destacar: forte ajuste fiscal do governo federal via endividamento com objetivo de fortalecer a política macroeconômica de câmbio fixo; fim do imposto inflacionário e consequente depreciação das contas públicas dos estados; renegociação da dívida dos estados junto à união e forte expansão das receitas federais em detrimento da criação de contribuições (que não são repartidas com os estados).

O governo de Minas Gerais apresentou desequilíbrio orçamentário nos primeiros anos da década de 2000 começando a reverter tal situação a partir do ano de 2004.

A Tabela 1 apresenta a evolução da receita orçamentária, despesa realizada e resultado nominal do governo de Minas Gerais entre 1995 e 2010.

TABELA 1 - RECEITA ORÇAMENTÁRIA, DESPESA REALIZADA E RESULTADO FISCAL (EM R\$ MILHÕES) - GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - 1995/2010

ANO	RECEITA ORÇAMENTÁRIA	DESPESA REALIZADA	RESULTADO FISCAL
1995	8.039	9.472	(1.433)
1996	9.894	9.422	472
1997	12.358	12.068	289
1998	16.144	15.574	570
1999	9.992	9.820	171
2000	14.118	14.508	(389)
2001	15.699	17.034	(1.334)
2002	17.595	18.984	(1.390)
2003	18.821	19.049	(228)
2004	21.817	21.727	91
2005	25.514	25.292	222
2006	29.100	29.019	81
2007	32.633	32.443	190
2008	39.923	39.299	624
2009	40.563	40.263	300
2010	46.618	46.051	567

FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG); Ministério da Fazenda (MF), Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Dos dezesseis anos em análise na Tabela acima, nota-se que cinco deles apresentaram resultado negativo, com destaque para o período entre 2000 e 2003. O ano de 1995 teve o maior déficit da série. Tal resultado provavelmente ocorreu em função do fim do "Efeito Tanzi".⁶⁹ Com o sucesso do plano real em 1994, os estados deixaram de gerar receitas provenientes do imposto inflacionário, uma vez que ao postergar o pagamento do funcionalismo público para o final do mês era possível aumentar as receitas através de operações de crédito.

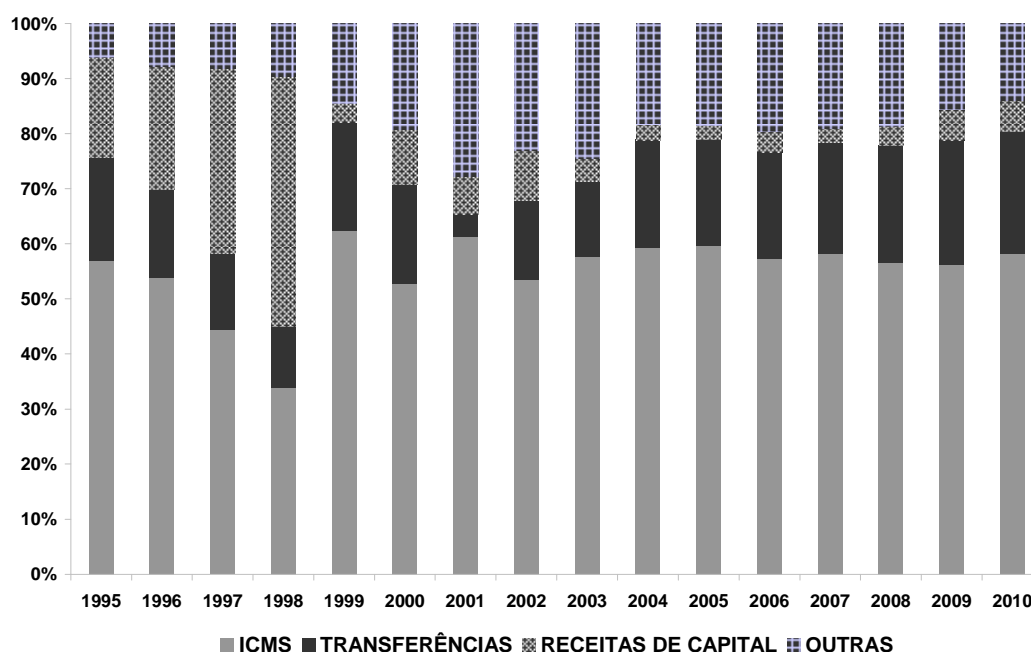
O período entre 2000 e 2003 apresentou resultado negativo principalmente em função da forte queda das transferências, impulsionada pela moratória da dívida de Minas Gerais junto ao Governo Federal decretada em 1999.

⁶⁹ O efeito Tanzi é um conceito de economia desenvolvido pelo italiano Vito Tanzi (1994). O Efeito Tanzi analisa a relação entre arrecadação fiscal e taxas de inflação no decorrer do tempo, estabelecendo o valor da influência da inflação sobre o valor das receitas ou despesas fiscais.

EVOLUÇÃO DA RECEITA

A Receita Orçamentária do governo de Minas Gerais saltou, em valores nominais, de R\$ 8,04 bilhões em 1995 para R\$ 46,62 bilhões em 2010, totalizando acréscimo nominal médio de 11% ao ano. Entre 1995 e 2008 o PIB nominal (valores correntes) de Minas Gerais saltou de R\$ 60,93 bilhões para R\$ 282,5 bilhões, totalizando incremento nominal médio de 10,4% ao ano. Observa-se que o ritmo de crescimento da Receita Orçamentária foi ligeiramente superior ao do PIB.

GRÁFICO 1 - COMPOSIÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - 1995/2010



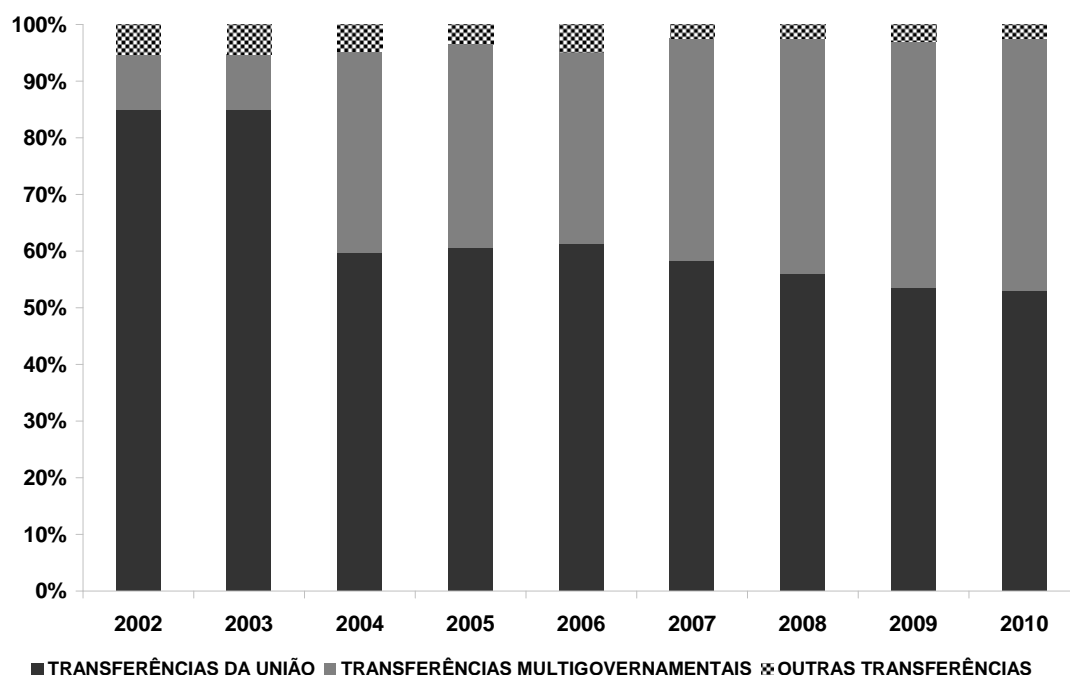
FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG); Ministério da Fazenda (MF), Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Duas fontes de receita se destacaram no período analisado: o ICMS ⁷⁰ e as Transferências. Faz-se oportuno destacar a forte queda da participação das receitas de capital, principalmente a partir de 2003 quando o percentual chegou a 4,2%, não ultrapassando os 6% no restante da série. O Gráfico 1 apresenta a evolução da composição das principais receitas no período analisado.

⁷⁰ Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços

As transferências tiveram participação considerável nos anos em análise apresentando trajetória ascendente a partir de 2004, alcançando aproximadamente 22,2% da Receita Orçamentária em 2010. Com os dados disponíveis é possível identificar a composição das transferências a partir de 2002. O Gráfico 2 apresenta os dados.

GRÁFICO 2 - COMPOSIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (EM %) - GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - 2002/2010



FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG); Ministério da Fazenda (MF), Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Os dados apontam para a forte expansão das chamadas Transferências Multigovernamentais, que saltaram de 9,7% em 2002 para 44,7% em 2010. O referido acréscimo se deu em função dos repasses relativos ao FUNDEF⁷¹, que a partir de 2008 passou a ser denominado FUNDEB⁷².

As chamadas Transferências da União correspondem principalmente aos valores obtidos através do FPE⁷³, composto de recursos auferidos via IPI⁷⁴ e IR⁷⁵, com critérios relacionados ao tamanho da população dos estados.

⁷¹ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

⁷² *Fundo de* Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

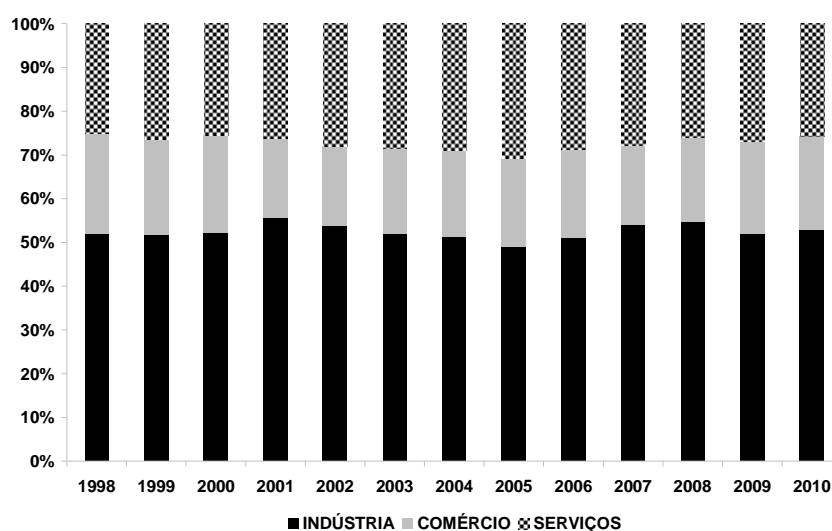
⁷³ Fundo de Participação dos Estados

⁷⁴ Imposto sobre Produtos Industrializados

⁷⁵ Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza

O ICMS oscilou sua participação entre 54% e 60% da receita total na maioria dos anos da série. Do total arrecadado em 2010, 52,7% se deu no setor indústria. O setor comércio foi responsável por 21,2% do total e o setor serviços por 25,7%. O setor agropecuário apresentou valor residual abaixo de 0,5%. Nota-se a grande importância que a indústria tem para a geração de receitas públicas. O Gráfico 3 mostra a evolução da composição da arrecadação entre 1998 e 2010.

GRÁFICO 3 - COMPOSIÇÃO DA ARRECAÇÃO DE ICMS NOS 3 PRINCIPAIS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA - GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - 1998/2010



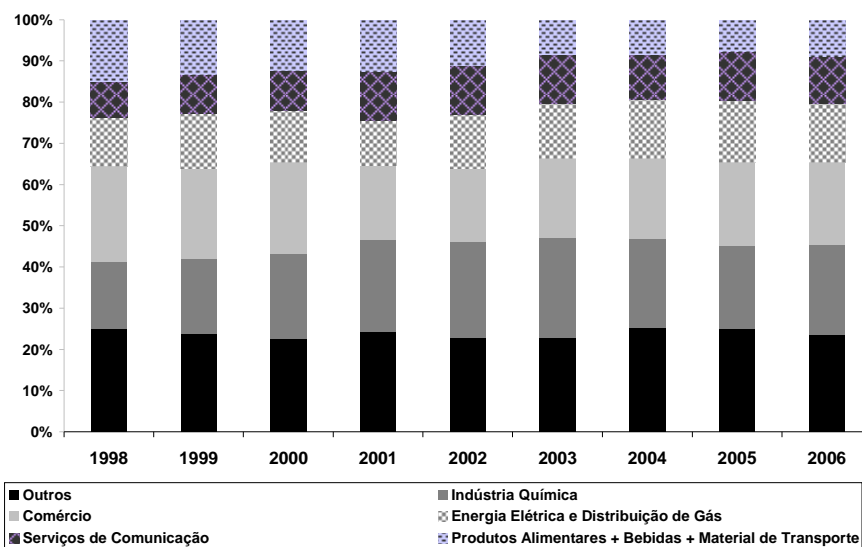
FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG); Ministério da Fazenda (MF), Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Analisando a composição da arrecadação de ICMS por CAE⁷⁶ entre 1998 e 2006⁷⁷, ocorreram mudanças relevantes com o aumento da participação dos seguintes setores: Indústria Química (de 16,2% para 21,8%), Energia Elétrica/Distribuição de Gás (de 12% para 14,2%) e Serviços de Comunicação (de 8,8% para 11,6%). Dessa forma, perderam espaço os setores: Alimentos, Bebidas e Comércio. O Gráfico 4 sintetiza os dados.

⁷⁶ Código de Atividade Econômica

⁷⁷ A partir de 2007 os setores de atividade econômica passaram a ser classificados segundo o Código Nacional de Atividade Econômica - CNAE, o que provocou quebra na série decomposta por setores econômicos.

GRÁFICO 4 - COMPOSIÇÃO DA ARRECADAÇÃO DE ICMS - SETORES SELECIONADOS - GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - 1998/2006



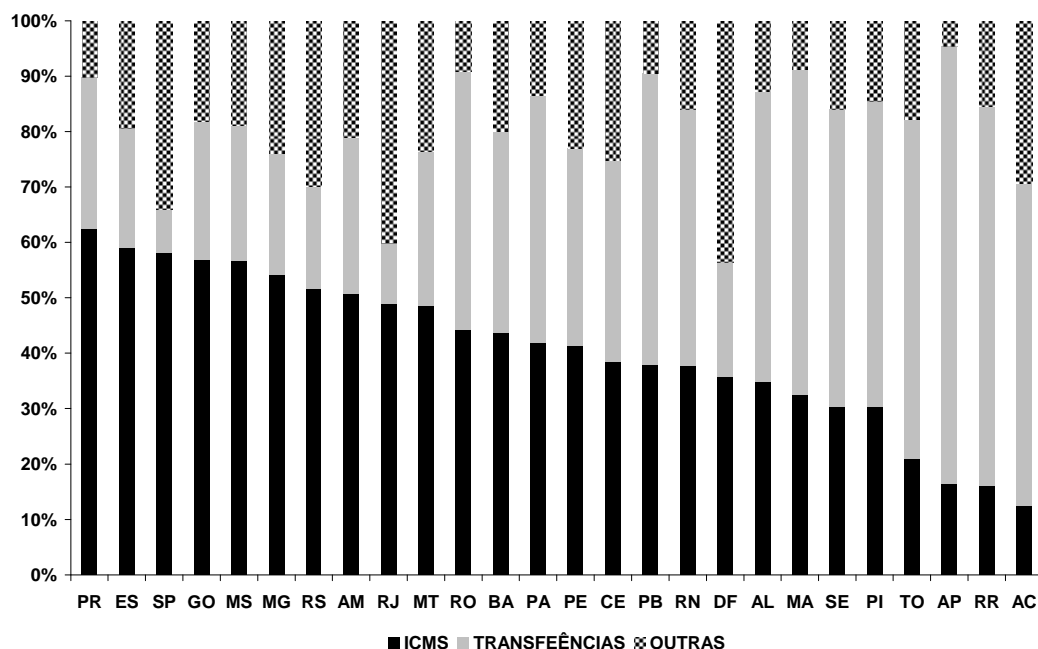
FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG); Ministério da Fazenda (MF), Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Tais resultados refletem a capacidade de arrecadação e o aumento da atividade econômica nos referidos setores, bem como o dinamismo dos mesmos.

O estado de Minas Gerais apareceu na 6ª colocação no que se refere à participação do ICMS na Receita Total no ano de 2010. O Gráfico 5 apresenta uma síntese da composição da Receita Total dos Estados e Distrito Federal.⁷⁸

⁷⁸ Exceto o Estado de Santa Catarina por inconsistência dos dados

GRÁFICO 5 - COMPOSIÇÃO RECEITA ORÇAMENTÁRIA DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL - 2010



FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG); Ministério da Fazenda (MF), Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

O Gráfico 5 mostra que, no geral, estados mais pobres dependem mais de transferências enquanto os de maior PIB contam com maior participação do ICMS na receita orçamentária. Os 5 estados de maior PIB - São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná - ocupam as seguintes posições em termos de participação do ICMS na receita total: 3ª, 9ª, 6ª, 7ª e 1ª, respectivamente.

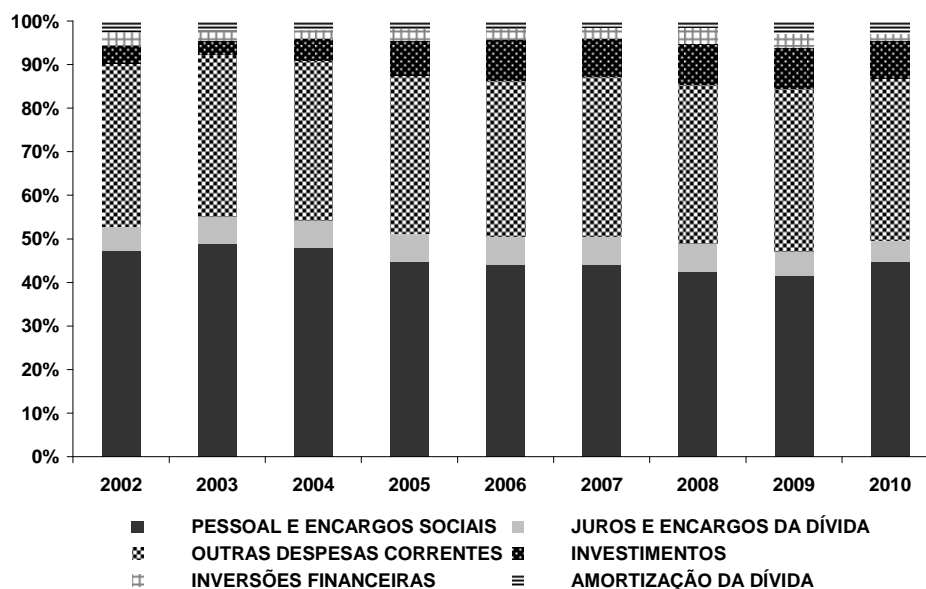
EVOLUÇÃO DA DESPESA

Para tratar a despesa realizada por categoria econômica, optou-se por analisar os dados da série entre 2002 e 2010. Em função do cumprimento à Portaria Interministerial 163⁷⁹, a classificação funcional da despesa foi modificada levando a uma descontinuidade da série.

O Gráfico 6 apresenta a composição da despesa, por grupos de natureza de despesa, em percentual, entre 2002 e 2010 em Minas Gerais.

⁷⁹ Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências.

GRÁFICO 6 - COMPOSIÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA (EM %) - GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - 1995/2010



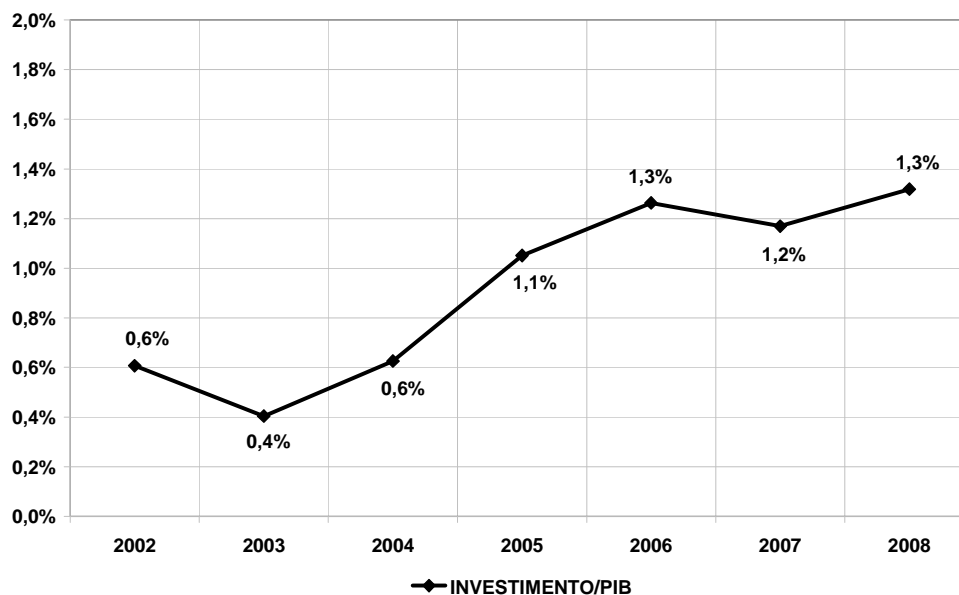
FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG)

Os dados indicam certa estabilidade no percentual gasto com a rubrica amortização da dívida, onde houve uma variação entre 1,3 e 2,8 pontos percentuais. Houve estabilidade ainda maior no percentual destinado à conta “Juros e encargos da dívida”, que apresentou oscilação entre 5,7% e 6,6% da Despesa Realizada no referido período de análise.

No que se refere à rubrica “Pessoal e Encargos Sociais”, houve queda na porcentagem. A referida proporção declinou de 47,3% da Despesa Realizada em 2002 para 44,8% em 2010.

Ainda em relação ao Gráfico 6, nota-se que a conta “Investimentos” aumentou a sua participação de 4,1% para 9,3% da Despesa Realizada. Ao traçar a evolução desse indicador em relação ao PIB, nota-se que os gastos com investimentos saltaram de 0,6% para 1,3% do PIB no período considerado. O Gráfico 7 mostra a evolução.

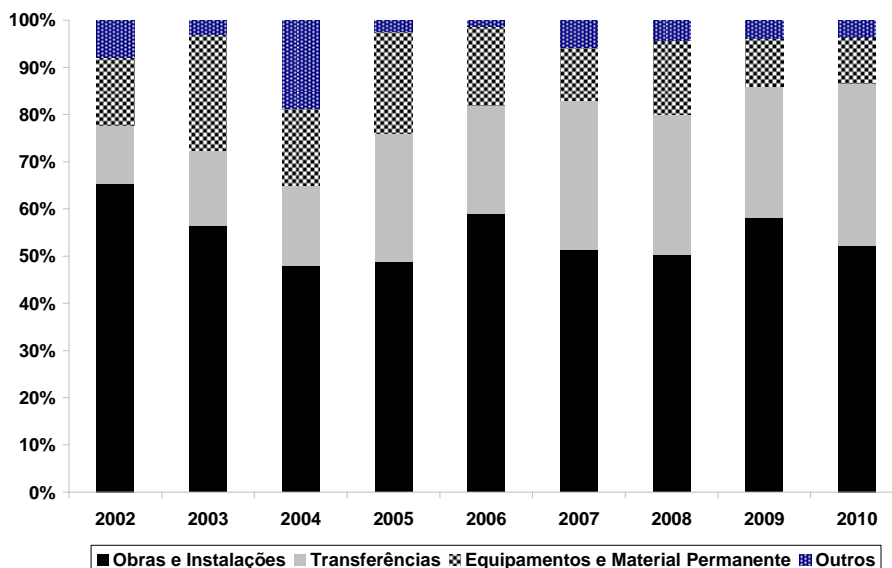
GRÁFICO 7 - EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO PÚBLICO EM RELAÇÃO AO PIB - GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - 2002/2010



FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG)

Para análise mais detalhada sobre a conta "Investimentos", o Gráfico 8 apresenta a evolução da composição da mesma.

GRÁFICO 8 - EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO PÚBLICO - GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - 2002/2010



FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG)

Pela análise do Gráfico 8, destaca-se a importância que a conta “Obras e Instalações” teve no período analisado, atingindo quase 60% dos investimentos em 2009.

Nota-se, a partir de 2005, o aumento da proporção de investimentos na conta “Transferências” onde houve salto de 17,2% para 27,3% de 2004 para 2005. No ano de 2009, 92,9% das Transferências foram a municípios, 7% a Instituições sem fins lucrativos e 0,1% à União.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente nota técnica teve como objetivo apresentar um breve resumo do comportamento das receitas e despesas do governo de Minas Gerais no período após a implantação do plano real.

Pelo lado das receitas pode-se destacar a importância do ICMS como principal fonte de recursos públicos, especialmente do setor industrial, que representa mais de 50% do total arrecadado. Os setores de comunicação e energia elétrica contribuíram fortemente para os resultados dos últimos anos.

Pode-se destacar ainda que o ritmo de geração de receitas no período foi praticamente o mesmo da atividade econômica, indicando o crescimento da economia como forma de impulsionar as receitas.

Pelo lado da despesa, os principais destaques são: a diminuição da necessidade da geração de despesas de capital e o aumento do volume de investimentos, principalmente em obras.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Centro de Estatística e Informações
Alameda das Acácias, 70 - São Luís | Pampulha - Belo Horizonte | MG
www.fjp.mg.gov.br